



Anais da Assembléia

54

CURITIBA, SEGUNDA, EM 25 DE MAIO DE 1987.

ANO XIII

**1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 42.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1.987
SEGUNDA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Sr. Deputado Orlando Pessuti e pela Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os n. DTL/37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Proje-

tos de Lei números 320/85, 15/86, 202/86, 58/86, 321/85, 167/86, 230/86 e 265/86, os quais convertidos em Lei tomaram os números 8.474, 8.475, 8.476, 8.477, 8.478, 8.479, 8.480 e 8.481, respectivamente. - Anote-se. Arquive-se

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após ouvido o Plenário e em Regime de Urgência, que seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, votos de congratulações, a serem oficiados ao Senhor João Carlos Finardi, Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, por sua eleição no dia 22 de maio de 1987, para Presidente da ASBACE - Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais, num pleito em que participaram vinte e dois representantes de bancos, dando-lhe a unanimidade dos votos.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata de votos de congratulações pela passagem do Dia da Indústria e do Industrial, considerando o papel preponderante destes na solidificação do desenvolvimento econômico do Estado que teve seu início marcado por pioneiros, tais como Hugo Cini homenageado pela Federação da Indústria do Estado do Paraná.

REQUER, ainda, aprovado esse requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à Federação das Indústrias.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que este subscreve, solicita a inserção nos anais da Assembléia, na presente sessão, após ouvido o Egrégio Plenário, de moção de aplauso e congratulações à professora dona BIANCA BIANCHI, pelos seus 80 anos de vida, e mais, pela sua dedicação à música na Cidade de Curitiba, - fato que lhe valeu, recentemente, homenagem da Associação de Professores da ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ -, e extensa memória na

coluna do crítico de música e artes de "O Estado do Paraná", jornalista Aramis Millarch. Tanto os professores da EMBAP, quanto o jornalista, pela sua contribuição à comunidade paranaense, reconhecendo a professora Bianchi, merecem também o aplauso desta Casa, enquanto consciência política do Estado.

Em concordância com esta moção, solicita-se envio de correspondência desta Casa ao Excelentíssimo e Prezadíssimo Senhor Secretário de Cultura do Estado do Paraná, Doutor René Ariel Dotti, no sentido de que some com tais homenagens, fazendo dedicar, o mais brevemente possível, um dos concertos da ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ, à ilustre professora, imprimindo a homenagem nos programas, nos anúncios de proclamação do evento, e convidando-a, para, em local de destaque, assistir à apresentação.

Afinal, só se consegue substância na produção cultural, quando não se esquece a evidente necessidade da memória - conforme já ensinou Alain Resnais, no filme "Hiroshima Mon Amour":

"... - Não há como negar a evidente necessidade da memória..." (sic).

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Propomos, na esfera pública, esta moção e este Concerto Público de Reconhecimento, que seria co-promoção do Governo do Estado e do Legislativo Estadual, para fazer valer a sabedoria de Sêneca:

"... ad gloriam non est satis unius opinio." Isto é: "... Para fama não basta a opinião de um." Embora basta para amizade e o amor, a opinião deste Deputado, que preza a contribuição da violinista emérita, de seu conjunto musical, e de seu tantas vezes sacrificado magistério, não basta como reconhecimento que todo o Paraná deve à insigne professora. Assim, sugerimos no âmbito do comunitário, no palco oficial, a dedicação do concerto. E ainda ampliamos a sugestão para que os concertos passem a ser dedicados a personalidades interessantes, dignas de destaque cultural no Paraná - é didático, cortês, e exorciza o "mito paranaense" de autofagia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem do 13.º aniversário de fundação do Jornal "O Bravo", editado sob a responsabilidade e do jornalista Rogério Mainardes.

Trata-se de um excelente veículo de comunicação, feito com muita seriedade e pautando sua linha de atuação pela defesa

intransigente dos legítimos interesses da comunidade de Castro e toda a região. O referido jornal tem assumido a responsabilidade de campanhas de grande expressão, com o propósito de sensibilizar os empresários e autoridades estaduais, no sentido da preservação de imóveis e locais históricos daquela cidade.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à direção daquele jornal, demonstrando o reconhecimento, louvor e aplauso aos diretores e funcionários que, com competência e idealismo vêm editando tão importante jornal.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Votos de "Congratulações e Louvor" pelo ato do jornalista Jânio de Freitas denunciando imoralidade na licitação da construção da Ferrovia Norte-Sul.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, submete à Assembléia Legislativa, na forma regimental, a seguinte proposição:

"A cultura de um povo pode ser medida pelo grau e uso de seus meios de comunicação".

Quando estes meios são usados em favor do povo e contribuem para sua evolução, como recentemente ocorreu com a denúncia do jornalista do Jornal "A Folha de São Paulo", Janio de Freitas, quanto a fraude na concorrência para a construção de dezoto lotes da ferrovia Norte-Sul, é necessário que haja o reconhecimento por parte daqueles que, como representantes do povo, têm o dever e a obrigação de zelar e fiscalizar a aplicação do dinheiro público dentro da administração pública, a nível federal, estadual ou municipal. O que justifica esta proposição que REQUER a consignação na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações e louvor pelo ato do jornalista citado, que demonstra a sua independência, coerência e amor pátrio através de uma imprensa livre e um jornalismo voltado aos princípios de bem informar. Princípios seguidos pelo Deputado requerente, como profissional da comunicação.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao jornalista Jânio de Freitas e ao jornal "Folha de São Paulo".

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações à Federação das Indústrias do Estado do Paraná e ao Conselho Regional do SESI, no Paraná, pelas programações alusivas ao transcurso da "Semana da Indústria".

Todas as festividades tiveram por escopo proporcionar lazer e recreação aos trabalhadores e suas famílias, integrando-os, de maneira concreta com os objetivos de participação social da coletividade dos industriários do Paraná.

REQUER, outrossim que da decisão da Casa se dê ciência à Presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja incluído na Ata dos Trabalhos da presente sessão, votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Afonso Alves Camargo Neto, pela sua atuação na defesa dos interesses dos brasileiros contra a ferrovia Norte-Sul, no debate realizado pela Rede Bandeirantes no último domingo dia 24/05/87, demonstrando dessa forma a defesa da transparência dos atos públicos, cujo exemplo deveria ser seguido por todos os executivos públicos brasileiros.

Do presente, REQUER, também se dê conhecimento ao nobre Senador, enviando-lhe cópia do presente.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoiamento: Antônio Belinati.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca de Macedo, que este subscreve, solicita ouvido o Egrégio Plenário da Assembléia, manifeste-se, em Ata, voto de congratulações e apreço à nova diretoria da Pró-Música de Curitiba, sociedade cultural, sem fins lucrativos, destinados a promover a arte musical na Cidade e no Estado.

Faça-se tal manifestação na pessoa da Senhora Maria Amélia Jungiger, digníssima presidente, sobretudo pela realização empresarial recente de corretíssimo concerto do quarteto húngaro TAKACS, no Teatro Guaíra, na segunda-feira dia 18 de maio próximo passado. Na ocasião os húngaros interpretaram peças para cordas de Mozart, Bartok e Beethoven.

Estenda-se tal manifestação a Senhora Vera Laufer, húngara de recentíssima cidadania brasileira, pela maneira fidalga, como, em nome dos paranaenses fez-se anfitriã dos virtuosos, recepcionando-os em sua casa. Os TAKACS vivem na Universidade de Colorado, nos EUA, por um prazo de 2 anos. Seus concertos são famosos em toda a Europa, em teatros como a Salle Pleyel, em Paris, ou a sala Barbikam Center, em Londres.

A Pró-Música de Curitiba merece o apreço desta Casa pela sua tradição, inclusive tantas vezes substituta do esforço oficial, em promover a música entre nós.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que este subscreve, ouvida a Assembléia, solicita a inserção nos anais da presente sessão de voto de congratulações e apreço à violinista paranaense SIMONE RITZMANN SAVYTSKY, (virtuosa formada em Curitiba, com passagem pela nossa Orquestra e pela Camerata Antiqua de Curitiba), pela sua aprovação, após concerto de aceitação, no Mestrado de Música da Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. A referida jovem virtuosa é de uma família musical, sendo sua mãe, dona Edna, e suas irmãs Adriane e Vanessa também musicistas especializadas em instrumentos de corda.

Sua bolsa foi conseguida, por méritos incontestes, junto ao CNPq, Conselho Nacional de Pesquisas. Seu concerto de aprovação na Universidade Americana de Illinois já lhe valeu convite para integrar a Orquestra Sinfônica de Saint Louis, também nos Estados Unidos, com spala. Depois de concluído seu mestrado, Simone retornará ao Brasil como a primeira mestra em música para violino pelo Método Suzuki, desenvolvido durante seu aprendizado; será uma Suzuki Teacher.

Daí o interesse de sugerirmos se materialize o apreço do Paraná pela sua arte através da sua contratação para concerto como solista da nossa Sinfônica ainda este ano.

Por isso, encarecemos seja enviada cópia deste requerimento ao professor Dr. René Dotti, Secretário de Estado da Cultura - para o devido encaminhamento dentro de suas conveniências e possibilidades, e para seu conhecimento.

Pedimos também seja enviada cópia à pessoa homenageada aos cuidados de seus pais Edna e Bogdan Savytsky, de endereço à Rua Júlia da Costa 1708, em Curitiba.

É importante que a comunidade artística do Paraná acompanhe os progressos de seus valores jovens, e que a platéia es-

tadual tenha acesso à sua arte. Afinal, o processo criativo encontra estímulo no palco, e quando se lhe confere a cidadania e a fama de superar a individualidade ou o círculo de familiar interesse. E isto é obrigação pública desde o momento em que há, estruturada, uma Secretaria de Estado da Cultura.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor aos trabalhadores rurais brasileiros pela passagem do seu dia, com cópias aos Senhores Presidentes de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos Municípios de Pato Branco, Mangueirinha, Coronel Vivida, Palmas, Itapejara d'Oeste, São Jorge do d'Oeste, Verê, Vitorino, Mariópolis, São João, Clevelândia, Chopinzinho, Quedas do Iguaçu e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, nesta capital.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente, prestar singela, mas justa homenagem aos Trabalhadores Rurais Brasileiros, responsáveis pela maior colheita de grãos já colhida no Brasil, no exercício de 1986 (65.000.000 t.). Estes heróis anônimos, artífices do nosso sustento e pilasstras da nossa economia, muitas vezes incompreendidos, perseguidos, explorados, injustiçados e agregados a uma política agrária inteiramente desajustada à realidade brasileira, sem programas definidos e duradouros são razões bastantes para justificar expressa homenagem e aplausos pela passagem do seu dia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de louvor a Ilustríssima Senhora Débora Dias, Digníssima Presidente da PROVOPAR - Ação Social, pela forma eficiente e louvável com que vem conduzindo a Campanha do Agasalho.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Campanha do Agasalho visa arrecadar recursos, através incentivo ao aumento de arrecadação do I.C.M., para aquisição de agasalhos para serem distribuídos às populações carentes. Esta campanha fornecerá,

gratuitamente, agasalhos para milhares de paranaenses que não dispõem de cobertores ou roupas adequadas para suportarem o rigoroso inverno que se aproxima. Felizmente, esta campanha vem sendo realizada com muita competência e dedicação por parte da presidente da PROVOPAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta Sessão, um voto de louvor ao Senhor Theodoro Hubner Filho pelo relevante trabalho que vem realizando no setor industrial, dando um exemplo marcante de desenvolvimento sócio econômico de maneira honesta e ordeira.

Outrossim, requer ainda, aprovado esse requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Senhor Theodoro Hubner Filho.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Cônsul do Paraguai no Paraná, em Paranaguá, Senhor Justus Eiras Almada Insfrein, voto de repúdio pelo seu comportamento reprovável ameaçando a jornalista do Jornal "Folha de Londrina", objetivando calar a voz da imprensa sobre fatos suspeitos que carecem explicações.

Requer, ainda, o envio de cópia do mesmo expediente ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Rua: José Loureiro, 211 s/ 1 Ctba), ao Senhor João Milanez, Diretor-Presidente da "Folha de Londrina", à Rua Piauí, 241, Londrina e a Srta. Maria do Carmo Batiston Prado, à rua Augusto Severo, 1.157, Centro Cívico - Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, ouvido o Egrégio Plenário, Requer a inserção nos Anais de moção de apreço e congratulações aos pesquisadores paranistas Túlio Vargas e Maria de Lurdes M. Chaves, pela publicação do livro:

SERGIO DE CASTRO, Presidente da Constituinte Republicana de 1892 do Paraná, por entendê-lo contribuição importante à estante paranista das nossas bibliotecas, e mais, pelo que encerra da memória legislativa do Paraná, num momento constituinte como o que vivemos.

O lançamento do livro dar-se-á dia 21 de maio, quinta-feira próximo, no Auditó-

rio da Associação Comercial do Paraná, ao cair da tarde.

Os convites para o lançamento e o patrocínio da impressão estão ligados aos sodalícios Academia Paranaense de Letras e Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, a quem estendemos as congratulações. Há que se registrar também o apoio do grupo empresarial Monteiro Aranha pelo empenho na edição da obra.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, submete ao Egrégio Plenário da Assembléia, a solicitação de inserção nos anais da Casa da menção de apreço e congratulações ao Professor Doutor WILSON MARTINS, lente da Universidade de Nova Iorque, diretor do Setor de Línguas Ibéricas, antigo professor da Universidade Federal do Paraná, juiz aposentado do nosso Tribunal Estadual, autor da "história da Inteligência Brasileira", crítico literário de nomeada internacional; e ao contista curitibano DALTON TREVISAN; respectivamente pela publicação, em Nápoles de ensaio sobre a Literatura Brasileira, e pela menção na obra.

O ensaio "La Littérature Brésilienne, Cette Inconnue", do Professor Martins, foi publicado pelo Departamento de Estudos Literários e Lingüísticos do Setor Ocidental Medieval e Moderno do Instituto Universitário Oriental de Nápoles, em língua francesa, dando publicidade a Dalton Trevisan, e também lembrando as contribuições de José de Alencar, Machado de Assis, Gonçalves Dias, Jorge Amado, Rubem Fonseca, Josué Montello, entre outros, para a construção do edifício literário nacional.

O autor conclui dizendo:

"... Como todas as literaturas dignas desse nome, a Literatura Brasileira tem uma existência autônoma..."(SIC).

Esta menção, nos Anais da Assembléia, sirva de memória da ação acadêmica do professor Wilson Martins, que, desde os anos da década de 50, quando publicou "PARANÁ - UM BRASIL DIFERENTE", pela Editora Paulista Anhembi, tem se destacado como ensaísta e crítico do nosso movimento cultural.

Bom juiz, quando na magistratura, professor destacado da Universidade, o professor Wilson Martins é admirável figura humana, a quem, agora, a vida permite divulgar a literatura do Brasil nos meios acadêmicos do primeiro mundo.

Por isso a ele, e ao contista maior de Curitiba - por ele honrado e focalizado - nosso apreço.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, submete à apreciação da Assembléia, ouvido o Egrégio Plenário, a seguinte proposição:

1. Inserção, junto com moção de aplauso e consideração ao autor, nos Anais da presente sessão, de inteiro teor do texto "A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA, UM ESFORÇO HISTÓRICO", do advogado HERON ARZUA, publicado na edição de 14 a 24 de maio do corrente da Folha do Comércio, órgão da Associação Comercial do Paraná.

2 Publicação do mesmo, para informação aos Deputados, no Diário desta Assembléia, como esforço de conscientização sobre a gravidade da aprovação por decurso de prazo do "veto" governamental à lei que beneficiaria e sanearia as finanças da CIC.

3. Envio de cópia do mesmo aos Excelentíssimos Senhores Governador Álvaro Dias e Prefeito de Curitiba Roberto Requião de Mello e Silva.

4. Envio de cópia deste requerimento à Diretoria da Associação Comercial do Paraná, na pessoa do seu insigne presidente Doutor Carlos Alberto Pereira de Oliveira, e com as homenagens ao associado e cooperador Doutor Heron Arzua, no endereço Rua XV de Novembro, 621.

5. E ainda, ao Editor da "FOLHA DO COMÉRCIO", Jornalista JAIME LECHINSKI, no 5º andar do mesmo endereço.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

Sentimo-nos tentados a dizer como Cícero: como tudo seria diferente "se vencessem na vida aqueles que venceram na morte", em latim "SI VIVI VICISSENT QUI MORTE VICERUNT..."

A história aí está para provar que temos como "A Cidade Industrial de Curitiba" não podem merecer veto perpétuo em País de voto. Ou já existe a tentação de não se adotar o voto, mas a prática de veto permanente para permanecer!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja considerado lido o pronunciamento em anexo, e registrado nos Anais desta Casa, alusivo ao Relatório Geral do IV Congresso Nacional das Associações Comerciais, realizado em Brasília, nos dias 26 a 28 de abril próximo passado.

Do presente, REQUER, que se dê conhecimento ao Senhor Abílio Cardoso, Presidente da Associação Comercial e Industrial

de Umuarama; ao Senhor David Pilatti Montes, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa e ao Senhor Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Presidente da Associação Comercial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

O texto do referido relatório, em anexo, dispensa justificativa.

IV CONGRESSO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS

Brasília, 26 a 28.04.87.

RELATÓRIO GERAL

Reunidas em Brasília, nos dias 26 a 28 de abril/87, as Associações Comerciais do Brasil, realizaram, sob o patrocínio da sua confederação e promoção da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal, o seu IV Congresso Nacional, com o objetivo básico de analisar, debater e propor soluções alternativas para os graves problemas econômicos, políticos e sociais que o País enfrenta.

O tema geral do Congresso, A LIVRE INICIATIVA E A CONSTITUINTE, foi dividido em quatro temas específicos, com os seus respectivos subtemas:

- I - O Empresário e a Constituição
 - a. Ordem Econômica e Social
 - b. Relação Capital/Trabalho
- II- A Ação Política Empresarial
 - a. Liberdade Sempre
 - b. O Empresário e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
 - c. Política Social
- III- O Empresário e o Momento Econômico
 - a. Liberdade Econômica e Liberdade Política.
 - b. Reforma Tributária
 - c. Déficit Público
- IV- A Importância das Associações Comerciais
 - a. Missão da Associação Comercial
 - b. Fonte de Recursos
 - c. Ampliação do Quadro Social.
- V- Comércio Exterior.

Buscaram, na apreciação das teses e indicações, formular propostas que pudessem contribuir para a construção de uma sociedade pluralista, mais aberta, mais justa, com igualdade de oportunidades, centrada no respeito ao indivíduo e à sua liberdade, enfatizando-se que é democracia política, como guardiã da liberdade, que há de assegurar e estimular a realização do progresso através da economia de mercado, afastando a onisciência tecnocrática das concessões tuteladas do Estado.

Nesta perspectiva, avultou a imperiosa necessidade de uma posição mais consisten-

te e mais eficaz, na defesa da liberdade em todos os níveis, tais como: liberdade de produzir, liberdade de investir, liberdade de prosperar, liberdade de votar e ser eleito pelo voto do povo.

Compreenderam, que os direitos dos indivíduos lhes são conferidos, sempre no sentido de que possam realizar a sua satisfação e bem estar pessoais. Não se pode contudo, perder de vista o compromisso de cada um com a comunidade e o caráter social dos direitos pessoais. Assim, o exercício do direito do indivíduo há de levar em conta o interesse da sociedade, com ele harmonizando-se. Obviamente, esta visão tem por pressuposto uma real existência do Estado de direito, do Estado democrático.

Entenderam pois que os princípios da livre iniciativa e da autonomia privada, compreendida esta como a faculdade que tem o particular de auto-regrar os seus interesses, não de ser delimitados pelos interesses sociais.

Torna-se evidente que a postura a ser assumida pelas nossas Associações deverá ser, cada vez mais vigilante e atuante, no sentido, não apenas de evitar o avanço e intervenção do Estado, na Ordem Econômica e na Autonomia Privada, como também de reduzir os níveis atuais de avanço e intervenção. Assim é imperativo ser gravado, no Capítulo da Ordem Econômica e Social, o princípio da liberdade de iniciativa, deixando-se, de maneira bem explícita, que o nosso regime econômico é o da economia de mercado, buscando-se evitar as distorções que ocorrem ao sabor de entendimentos e da desenvoltura com que agem os eventuais detentores do poder, ao arrepio e à revelia da vontade da Sociedade. Daí, ser imprescindível que se estabeleça, como regra geral, de modo inequívoco, ser vedada a participação do Estado nos setores produtivos da economia.

Impõe-se, portanto, fixar meios e mecanismos para que o governo, que é a face mais visível do Estado, como meio escolhido pelo povo para executar a sua vontade, efetivamente o seja, impedindo-se toda sorte de abuso e desvirtuamento. Importa, pois, que o empresariado, atue, eficaz e competentemente, neste momento, quando estamos tomando as decisões fundamentais sobre o País que queremos e no qual desejamos viver, ao trabalharmos na elaboração da futura Constituição que definirá o modelo político, jurídico, econômico e social do Brasil.

Assim, puseram toda ênfase no impostergável dever de todo empresariado participar, condenando-se, veementemente, a omissão tanto a nível individual como a nível de entidade de classe, pelo que as lideranças foram instadas a desempenhar

ação mais pronta e mais firme ao entendimento de que, no sistema capitalista, que se pretende vigente, no País, e que seja consolidado e amadurecido, os agentes promotores do desenvolvimento são as empresas privadas, desde as organizações mais complexas e de grande porte às microempresas, que, com suas atividades e através de seus empreendimentos, mobilizam o conjunto da sociedade.

Ao Estado deverá caber o exercício de suas funções tradicionais de oferta de educação, saúde, segurança, saneamento básico, justiça, entre outras, caberá outrossim, definir, de modo claro e preciso, mediante, decisões macroeconômicas, o sentido de desenvolvimento e, através de implantação de infra-estrutura física e estímulos, criar condições para os empreendimentos privados. Somente em casos específicos, de projetos em áreas estratégicas, que, pelo volume de inversões demandadas e por sua maturação mais lenta e, por consequência, retorno mais demorado do investimento, colocam-se fora do alcance da iniciativa privada, pode o Estado assumir a responsabilidade por sua implementação. Ainda, assim, deverá sê-lo, através de autorização legislativa, ou seja, por lei complementar, caso a caso, de forma transitória, e para atender a setor que não tenha desenvolvido plenamente.

Concordaram que a crescente intervenção do Estado na economia tem conduzido a uma desnecessária politização dos fenômenos de mercado, tais como juros, salários, preços, aluguéis, com consequências desastrosas a longo prazo, por melhores que sejam as intenções e as eventuais vantagens no curto prazo.

Ainda mais, as Associações comerciais, conscientes de que lhe dizem respeito a obrigação de tratar não apenas dos problemas relativos à ordem econômica, mas também à ordem social, aprofundaram a discussão e as sugestões a nível de política social e as relações Capital/Trabalho. Nesse sentido, enfatizaram a gravidade da injusta concentração da renda, e a absoluta necessidade de ser inserido na Constituição, o pleno exercício da liberdade de organização sindical, a empregados e empregadores, legítimos parceiros sociais, retirando-se, pois, a presença e a participação do Estado, sob qualquer forma, na vida sindical, adotando-se a liberdade do pagamento da contribuição sindical.

De toda maneira, tiveram por assente a necessidade de se retomar o documento intitulado "PROJETO SOCIAL PARA O BRASIL", aprovado no II Congresso das Associações Comerciais do Brasil, realizado na Cidade do Rio de Janeiro, em novembro/80, para revisá-lo e atualizá-lo, de modo a ser uma contribuição mais ampla à Assembléia Na-

cional Constituinte. No entanto, de logo, as Associações Comerciais do Brasil, visando a emprestar a sua colaboração aos Constituintes, debateram e aprovaram, já sob a forma própria, a proposta do texto de anteprojeto do Capítulo da Ordem Econômica e Social que, em anexo, faz parte integrante deste Relatório.

Da mesma sorte, revelando a sua preocupação sobre a absoluta necessidade de uma reforma tributária, de modo a permitir à União, aos Estados e aos Municípios, a execução de suas tarefas, que devem ser revistas, sugeriram propostas cujo texto segue em anexo, para a referida reforma, redimensionando recursos, sem implicar na elevação da carga tributária.

Igualmente preocupadas na construção do Brasil de amanhã, as Associações Comerciais do Brasil estão conscientes da imediata necessidade de encontrar-se um caminho para superar a grave crise econômica do Brasil de hoje.

Assim, embora premidas pela gravidade dos problemas conjunturais, não se perderam de vista a questão de fundo, posta pelos problemas estruturais.

Avulta à discussão a questão do "Déficit Público", responsável maior pela elevação das taxas inflacionárias, por consequência pelo recrudescimento das taxas de juros, determinado pela voragem do governo, em indo ao mercado financeiro para captar recursos, visando fechar suas contas. Os reflexos de sua elevação se fizeram presentes, de pronto, com gravíssimas consequências para as empresas notadamente as micro, pequenas e médias, que se vêem a braços, com situações, seguramente, jamais vividas, que se agravaram pelo choque gerado da abrupta passagem de uma economia relativamente estável, ainda que assim, mantida artificialmente, com juros baixos e em crescimento, com preços e salários comprimidos, para uma outra que desarticula, praticamente todo o sistema produtivo, voltando-se à ciranda financeira, e à preponderância da especulação sobre o trabalho e a produção.

As taxas de juros nominais atingem níveis absurdamente elevados e insuportáveis, inviabilizando totalmente a manutenção das atividades econômicas.

É urgente a queda dos juros, o que impõe ao Governo medidas drásticas para contenção de suas despesas. A eliminação do déficit público é obrigação urgente e inadiável por parte do Governo que já impôs, às empresas e cidadãos, pesados ônus sob a forma de aumentos de tributos e empréstimos compulsórios, dedanosos efeitos, e outro atos, que injusta e ilegalmente, visam a resolver ou aliviar o problema de caixa do Governo, aumentando, por via direta ou oblíqua, ainda mais, a carga tri-

butária, e com a intromissão imprópria no processo de poupança privada, gerando toda a sorte de distorções.

Têm, pois, as Associações Comerciais, o dever de apoiar a todo associado seu, contra tal conduta governamental.

Ao não concordarmos com os atos injustos do Estado, sustentamos que, o que os respalda, não é a simples emanção da vontade do órgão institucionalmente formado, mas sim a sua adequação à consciência e à vontade nacional, que não admitem gestores senão o próprio povo. Assim, portanto, os atos públicos de protesto legítimos devem merecer, por parte das autoridades, a sua mais plena compreensão, pois revelam o exercício da cidadania, na melhor aceção, porque visam a revogação de leis injustas, promovendo o encontro do Estado com a Nação, contribuindo para que se evite os desvirtuamentos dos fins para os quais o próprio Estado foi criado, e que não pode anular o indivíduo e sua liberdade.

É tanto mais acolhível tal colocação, na medida em que ela respalda a posição de que se o cidadão tem a obrigação de cumprir a lei, também o legislador tem a obrigação de editar leis justas e que atendam aos anseios e os interesses da sociedade.

Por isso, é absolutamente próprio que o empresário, cidadão como outro qualquer, que não aceita ser exclusividade de quem quer que seja, o sentimento de patriotismo tem, também, o legítimo direito de manifestar-se e buscar as soluções mais adequadas para os seus problemas, tendo o governo como consequência, a obrigação de atendê-lo.

Assim, o empresariado não tolerará o imobilismo governamental, a indefinição de políticas, que não lhe dão uma clareza de rumos, para que se possa traçar o seu futuro, e, daí, não se cansará de levar, ao Governo, e demonstrar à Sociedade, a sua irresignação quanto a tal estado de coisas.

Daí, exige que o Governo tenha uma política econômica clara, consistente e transparente e não medidas tópicas e circunstanciais, que apenas ensejam a constante mudança das regras do jogo.

Exige uma política tributária, onde o respeito ao cidadão contribuinte seja a tônica, tendo em conta a justiça fiscal, observando-se rigorosamente o preceito de que não há tributação sem representação, e que a medida da taxa seja a capacidade de pagamento do contribuinte.

Exige uma política social verdadeira que não deve ser revestida de cunho populista, mas que leve em conta as reais condições da sociedade de resgatar as suas dívidas para com os menos favorecidos.

LIBERDADE SEMPRE!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, fiel ao seu juramento de defesa dos mais altos interesses do Paraná, ouvida a Assembléia, sente-se no dever de solicitar o Envio de Informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, no sentido de que Sua Excelência passe a prestar maior atenção quando lhe enviam "pronunciamentos" previamente elaborados, para que se evite o vexame do último discurso feito na reunião do CODESUL, e dos "realeses" distribuídos aos meios de comunicação social do Sul do País, e do Brasil todo, onde, nos lábios do Governador, como idéias renovadoras, alentadas de esperança, e como soluções aos problemas nacionais originalíssimas, foram "transplantadas" frases inteiras, pensamentos idênticos, pinçados da entrevista que o Doutor Ricardo Bielchowsky, Presidente do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, concedera alguns dias antes, ao Jornal - de muita gente conhecido - "Relatório Reservado", conforme xerox anexo.

Informe-se ao Governador que este "Relatório Reservado", ao contrário do que parecem pensar os seus assessores mais próximos, não é assim tão Reservado. Assim, suas declarações no CODESUL, causaram espanto à pessoa de nossa amizade, ligada ao governo do Estado vizinho de Santa Catarina, que nos solicitou fosse prevenido o Chefe do Executivo paranaense sobre o perigo de apropriação de idéias alheias como se fossem suas. Ainda mais em se tratando de matéria econômica e palpitante como é a "crise nacional".

Claro, entendemos não ser a Originalidade uma Obrigação de Estado. No entanto, apesar da crise ética que assola o mundo, ainda achamos ser a honestidade intelectual uma obrigação de Estado.

Pode o Governador de todos os paranaenses citar idéias alheias, por que com elas comunga. O que não pode, - ou não deve, porque expõe todo o Estado ao ridículo -, é veicular como suas idéias anteriormente publicadas, ainda que só no "Relatório Reservado".

Reprodução do "realese".

Basta que os 2 ou 3% mais ricos do País mantenham o mesmo nível de renda nos próximos anos que haverá dinheiro para os investimentos produtivos necessários, o consumo de base e a realização de gastos sociais. O primeiro passo para isso é tributar as altas rendas provenientes de juros, aluguéis e heranças. (Publicado no

"Relatório Reservado"; edição nacional de 11 a 17 de maio de 1987, página 8 - declarações do Dr. Ricardo Bielschowsky - Presidente do IERJ.

Basta que os 3% mais ricos do País mantenham o mesmo nível de renda nos próximos 3 anos para que haja dinheiro suficiente para os investimentos necessários para manter o ritmo da atividade produtiva, o consumo de base e a realização de gastos sociais. O primeiro passo nesse sentido seria a tributação das altas rendas provenientes de juros, aluguéis e heranças. (Publicado nos Jornais do Paraná, de acordo com "realese" expedido pelo Palácio Iguazu, a 20 de maio de 1987, como "pensamento", "diretriz" do Senhor Governador) Álvaro Dias.

BIELSCHOWSKY

É possível crescer com as próprias pernas

Não é possível ficar esperando a renegociação da dívida externa para definir os rumos da economia brasileira. Isso vai demorar e, quando ocorrer, não vai resolver os problemas do País. O que é preciso reconhecer é que o Brasil tem capacidade de gerar internamente recursos para investir, sem prejuízo dos salários e mesmo pagando os juros do endividamento. Publicado no mesmo "Relatório Reservado", Texto do Dr. Ricardo Bielschowsky.

Álvaro propõe estadualizar pacto social.

Nas várias propostas que apresentou, Álvaro lembra que a primeira deve ser a renegociação da dívida externa em níveis suportáveis para a economia nacional, acentuando que a transferência de recursos para o exterior é a principal responsável pela dificuldade na formação de poupança no País. Nesse mesmo tom, o Governador salientou que o País "não pode perder a confiança na capacidade de gerar internamente recursos para investir sem prejuízo dos salários e mesmo tendo que pagar a parcela dos juros do endividamento. E fez uma proposta corajosa. Publicado pelos Jornais do Paraná texto "atribuído" ao Governador Álvaro Dias.

Declarações do Governador conforme os jornais do Paraná, informados pelo Iguazu a 19.05.87.

Álvaro Dias também se referiu a um conjunto de medidas importantes para uma definição nacional rumo a retomada do desenvolvimento econômico e social, citando que, "se não se fizer isso agora, vai-se jogar pela janela a oportunidade histórica de realizar uma transição democrática sua-

vizada por um ambiente de crescimento da economia". As medidas recomendadas por Álvaro ao Governo Federal pedem o início de investimentos públicos para aquecer a economia, logo no 2. semestre, mesmo com o aumento do custo das tarifas públicas. Como esse aumento é inflacionário, Álvaro também não descarta um novo choque heterodoxo para conter a inflação.

Quanto à política de investimentos o Governador do Paraná afirmou que ela "realmente deve consultar os interesses do País, contemplando obras, projetos e programas, que possibilitem um retorno econômico e social inquestionável".

Declarações do Presidente do IERJ

Conforme o relatório reservado de 11.05.87

Pela janela. Segundo Bielschowsky, até agora a Nova República não apresentou um plano efetivo de desenvolvimento para o País. O Cruzado foi uma política de combate à inflação e o Plano de Metas não significou nada. O Governo não tem política de investimentos nem a equação financeira para a política de investimentos.

- O importante agora para o País é a retomada do crescimento. Se não fizer isso agora, vai jogar pela janela a oportunidade histórica de fazer uma transição democrática suavizada por ambiente de crescimento da economia.

Para o País voltar a crescer, o Presidente do IERJ oferece sugestões: em primeiro lugar é preciso iniciar logo os investimentos públicos, afim de aquecer a economia já no segundo semestre deste ano. Para isso, é necessário continuar aumentando as tarifas públicas. Uma vez que este aumento é inflacionário, terá de ser feito novo choque heterodoxo para atacar a inflação.

Milagre. Bielschowsky considera pura retórica a discussão em torno dos índices de crescimento da economia este ano. Para ele, quando o Ministro Bresser fala em 3% de aumento do PIB, está simplesmente anunciando que vai manter a economia desaquecida por dois ou três meses, até elaborar sua política. Da mesma forma, quando o PMDB fala em 7%, está apenas reafirmando que não abre mão do crescimento econômico. O partido, da mesma forma que o atual Ministro da Fazenda e o ex-Ministro Funaro, não está se baseando em projeções nem em políticas previamente elaboradas. Na verdade, até agora, ninguém propôs nada de concreto à Nação.

- Além do mais, é preciso reconhecer que nenhum Governo tem a capacidade milagrosa de decidir a respeito dos índices de crescimento da economia. No máximo os Governos conseguem reforçar ou contrariar as

tendências que se verificam.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

É papel das oposições, nas democracias, fazer valer aos governantes a sentença do antigo conselho: "... É preferível os que nos criticam porque nos fazem progredir, nos acrescentam, do que aqueles que nos adulam, porque nos corrompem".

Com esta confrontação de textos, enviada como expediente ao Senhor Governador, pela Mesa da Assembléia, esse Deputado pretende contribuir para que se evitem novas apropriações vexatórias para o Paraná, e mais, para que se esclareça as coisas, pelo bem do nosso povo e pelo sucesso dos nossos governantes.

- Não há possibilidades de se reverter completamente o que está previsto como desempenho da agropecuária este ano: crescimento em torno de 14,52% contra uma queda de -7,30% em 1986. Afinal, não se pode simplesmente queimar a safra que será recorde. Da mesma forma, é difícil mexer no Comércio da safra: ele deverá crescer em torno de 21,30% em 1987, contra os -10% registrados no ano passado - diz o economista IPEA, hoje trabalhando no projeto do PIB trimestral, em conjunto com o IBGE.

Dificuldades. Ao mesmo tempo em que alerta para os efeitos sociais que surgiriam com uma recessão na indústria brasileira, efeitos do desemprego, Sérgio Portugal acrescenta que o País terá muito mais dificuldades quando esboçar a saída para um ciclo recessivo do que as enfrentadas ao final de 1984. Segundo ele, a recuperação terá pela frente problemas como uma taxa menor de capacidade ociosa que a verificada ao final da última recessão. Além disso, ele prevê que ainda este ano o Brasil enfrente uma asfixia cambial e um quadro de hiperinflação, o que não estava nas projeções traçadas pela SEPLAN no início do ano. Ele acha, porém, que os indicadores pessimistas para 1987 não param aí:

- O calcanhar de Aquiles da economia brasileira está na taxa de poupança, que será sensivelmente afetada pela desaceleração prevista para este ano. Lembre-se que, já em 1986, a taxa de investimento ficou em 17% do PIB e, mesmo assim, não se pode classificá-la de suficiente. Mas estes problemas estão ligados a questão externa, já que é exatamente a transferência de divisas para o exterior que tem prejudicado a formação de poupança do País - concluiu o técnico do IPEA.

Não é possível ficar esperando a renegociação da dívida externa para definir os rumos da economia brasileira. Isso vai demorar e, quando ocorrer não vai resolver os problemas do País. O que é preciso reconhecer é que o Brasil tem capacidade de gerar internamente recursos para investir, sem prejuízo dos salários e mesmo pagando os juros do endividamento.

- Esse ponto de vista expresso em tom de desabafo, é do Presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ), Ricardo Bielschowsky. Ele considera possível o País voltar a andar com suas próprias pernas, desde que haja uma política econômica e que se congele por alguns meses a renda destinada ao consumo supérfluo.

- Basta que os 2 ou 3% mais ricos do País mantenham o mesmo nível de renda nos próximos anos que haverá dinheiro para os investimentos produtivos necessários, o consumo de base e a realização de gastos sociais. O primeiro passo para isso é tributar as altas rendas provenientes de juros, aluguéis e heranças.

Pela janela. Segundo Bielschowsky, até agora a Nova República, não apresentou um plano efetivo de desenvolvimento para o País. O Cruzado foi uma política de combate à inflação e o Plano de Metas não significou nada. O Governo não tem política de investimentos nem a equação financeira para política de investimentos.

- É importante agora para o País é a retomada do crescimento. Se não fizer isso, agora vai jogar pela janela a oportunidade histórica de fazer uma transição democrática suavizada por ambiente de crescimento da economia.

Para o País voltar a crescer, o Presidente do IERJ oferece sugestões: Em primeiro lugar é preciso iniciar logo os investimentos públicos, a fim de aquecer a economia já no segundo semestre deste ano. Para isso, é necessário continuar aumentando as tarifas públicas. Uma vez que esse aumento inflacionário, terá de ser feito novo choque heterodoxo para atacar a inflação.

Milagre. Bielschowsky considera pura retórica a discussão em torno dos índices de crescimento da economia este ano. Para ele, quando o Ministro Bresser fala em 3% de aumento do PIB, está simplesmente anunciando que vai manter a economia desaquecida por dois ou três meses, até elaborar sua política. Da mesma forma, quando o PMDB fala em 7%, está apenas reafirmando que não abre mão do crescimento econômico. O Partido da mesma forma que o atual Ministro da Fazenda e o ex-Ministro Funaro, não está se baseando em projeções nem em políticas previamente elaboradas. Na verdade, até agora, ninguém propôs nada de

BIELSCHOWSKY

É possível crescer com as próprias pernas

concreto à Nação.

- Além do mais, é preciso reconhecer que nenhum Governo tem a capacidade milagrosa de decidir a respeito dos índices de crescimento da economia. No máximo, os Governos conseguem reforçar ou contrariar as tendências que se verificam. Texto integral da entrevista do Senhor Dr. Ricardo Bielschowsky, ao Jornal Relatório Reservado de 11.05.87, que serviu de "inspiração" para induzir o Governador do Paraná a dar declarações - na reunião do CODESUL, e o Palácio Iguazu a distribuir "realeses" sem mencionar apropriação textual "ipsis literis" destas idéias para a solução da crise".

Álvaro Propõe Estadualizar Pacto Social

FLORIANÓPOLIS - O Governador Álvaro Dias propôs ontem com o apoio dos governadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que o Presidente José Sarney incumba os Governadores estaduais de iniciarem imediatamente um acordo com lideranças políticas, empresariais, e de trabalhadores em seus próprios estados, "com vistas a um sólido pacto social que o País está necessitando com urgência". Álvaro disse ainda que "os resultados desse entendimento devem ser encaminhados ao Presidente da República, no prazo de 20 dias, porque a Nação não pode mais aguardar indefinidamente a solução dos seus problemas".

Álvaro fez esta declaração no contexto de um pronunciamento político, no encerramento da reunião de ontem do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul - CODESUL - recebendo irrestrito apoio dos Governadores Pedro Ivo Campos e Pedro Simon, que também fizeram questão de expressar a necessidade de um entendimento a nível nacional, para possibilitar ao País a retomada do desenvolvimento em bases sérias e concretas.

Para o Governador do Paraná, o "grande fato político do momento é a proposta do Presidente José Sarney, quanto à duração de seu mandato. Aludindo à fala presidencial em cadeia de rádio e televisão na noite da última segunda-feira, Álvaro disse que o Presidente "fez um apelo a Nação no propor cinco anos para o seu próprio mandato e, para esse gesto, merece o apoio dos brasileiros, sobretudo porque este é o momento de graves dificuldades econômicas e sociais para todo o País". Como já fez em ocasiões anteriores, o Governador paranaense reafirmou que o Presidente Sarney também deve valer-se dessa oportunidade para encaminhar um "plano macroeconômico exequível e aceitável por parte da sociedade brasileira, que permita a retomada do crescimento em bases seguras e consolide a transição para democracia".

É preciso definir logo o tamanho do mandato do Presidente José Sarney, admitiu o Governador Álvaro Dias, "porque isto também significa a duração do próprio governo" e é a partir desse fato que o Presidente vai reunir efetivamente, as condições "para começar a governar".

Plano Efetivo

Até agora a Nova República ainda não apresentou um plano de governo efetivo, uma definição para política de investimentos no País e nem de que forma esta questão será solucionada, e para Álvaro "é urgente enfrentar este quadro e providenciar soluções para problemas graves que aí estão diante de todos".

Nas várias propostas que apresentou, Álvaro lembra que a primeira deve ser a renegociação da dívida externa em níveis suportáveis para a economia nacional, acentuando que a transferência dos recursos para o exterior é a principal responsável pela dificuldade na formação de poupança no País. Nesse mesmo tom, o Governador salientou que o País não pode perder a confiança na capacidade de gerar internamente recursos para investir sem prejuízo dos salários e mesmo tendo que pagar a parcela dos juros do endividamento. E fez uma proposta corajosa:

- Basta que os 3% mais ricos do País mantenham o mesmo nível de renda nos próximos três anos para que haja dinheiro suficiente para os investimentos necessários para manter o ritmo da atividade produtiva. O consumo de base e a realização de gastos sociais. O primeiro passo nesse sentido seria a tributação das altas rendas provenientes de juros, aluguéis e herança.

Medidas

Álvaro Dias também se referiu a um conjunto de medidas importantes para uma definição nacional rumo à retomada do desenvolvimento econômico social, citando que, "se não se fizer isso agora, vai-se jogar pela janela a oportunidade histórica de realizar uma transição democrática suavizada por um ambiente de crescimento de economia". As medidas recomendadas por Álvaro ao Governo Federal pedem o início de investimentos públicos para aquecer a economia logo no segundo semestre, mesmo com o aumento do custo das tarifas públicas. Como esse aumento é inflacionário Álvaro também não descarta um novo choque heterodoxo para conter a inflação.

Quanto à política de investimentos o Governador do Paraná afirmou que ela "realmente deve consultar os interesses do

País, contemplando obras, projetos e programas que possibilitem um retorno econômico social inquestionável." Texto da reportagem - publicada nos jornais do Paraná, por informação do Palácio Iguazu, onde se atribuem ao Governador Álvaro Dias, textualmente, declarações anteriores do Dr. Bielschowsky, do IERJ, como se fossem suas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca de Macedo, que este subscreve, SOLICITA envio de pedido de informações desta Assembléia ao insigne Diretor do Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná, Dr. Francisco Brito de Lacerda, a propósito de denúncias que lhe foram encaminhadas por pesquisadores que freqüentam aquela repartição, a saber:

1. É verdade que, para se obter cópia xerox de originais preciosos guardados no Arquivo, é cobrada a taxa de Cz\$ 2,00 por folha de xerox de documento?

2. Sabe a direção do Arquivo que esta taxa, por império da burocracia, deve ser recolhida junto ao BANESTADO, em guias de recolhimento GRS, em cinco vias, cujo jogo custa Cz\$ 7,33?

3. Percebe a Secretaria de Administração que não há economia alguma para o Estado neste procedimento, visto que o jogo de guias, excede em Cz\$ 5,33 o valor de cada xerox cobrado?

4. Percebe a Direção do Arquivo Público que a burocracia atrapalha a pesquisa, tornando-a exaustiva - uma espécie de gincana além da investigação científica, com direito a filas em postos bancários, o atraso na finalidade mais criativa daquela instituição?

5. Se tais "denúncias" tiverem respaldo de verdade, o Diretor do Arquivo Público do Estado do Paraná, herdeiro de tradições históricas valorosas, também um pesquisador das nossas raízes, aquiesceria em interceder - a pedido desta Assembléia - junto ao Sr. Secretário de Estado da Administração, a fim de mudar para melhor este estado de coisas?

SUGESTÃO:

Estudar a possibilidade de um minúsculo prontuário interno que controle a venda de xerox, dispensando as GRS, e a peregrinação ao banco, recolhendo-se depois a "fêria" mensal, em bloco, numa só guia ao BANESTADO.

Ou abolir, em nome do progresso da ciência, da pesquisa histórica e do Paraná, esta taxa de xerox, incluindo uma cota x - por pesquisador - nas despesas do Arquivo.

Afinal, o Arquivo (imaginamos ser esta também a visão do lúcido Diretor da Insti-

tução) deve informar à sociedade - pelo menos aos seus pesquisadores -, dos documentos, da história, dos bens culturais ali depositados, e abastecer a produção intelectual da Capital e do Estado.

Será outra a visão dos que um dia escreveram: "Há que se democratizar a informação, o acesso aos bens culturais." "Há que se garantir o acesso de todos, mesmo dos pobres, à grande fatia do pão da vida." (sic Bertold Brecht, in "Denn wovon lebt der Mensch?", publicada no livro Gedichte, volume II)?

Acreditamos na possibilidade de reversão disto. Sobretudo porque vimos entronizada no Arquivo Público a imagem de Santa Rita das Coisas Impossíveis, de festa comemorada neste 22 de maio. Há que se reverter esta momentânea impossibilidade burocrática à pesquisa.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, Líderes Partidários na Assembléia, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Interpartidária na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para, em conjunto com os representantes da comunidade universitária paranaense e com representantes do Poder Executivo, discutir e aprofundar a política educacional universitária paranaense.

Requerem ainda, o envio de cópia deste expediente para as direções das Universidades e Faculdades Estaduais paranaenses, além das entidades representativas dos estudantes e professores das mesmas instituições.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(aa) PEDRO TONELLI - Líder do PT.

ANTÔNIO BELINATI - Líder do PDT.

EZEQUIAS LOSSO - Líder do PL.

BASÍLIO ZANUSSO - Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Comissão de Segurança Pública, REQUER à Mesa da Assembléia, na forma regimental, a convocação do Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, para que possa o mesmo prestar informações e esclarecimentos, sobre assuntos diversos ligados à área de segurança do Estado.

O comparecimento do Sr. Secretário será na Sala das Comissões, em dia e hora previamente marcados pela Comissão e Mesa Executiva.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente

ALGACI TÚLIO - Vice-Presidente

JUSTIFICATIVA:

A segurança pública do Estado é assunto dos mais complexos e os diversos problemas que ocorrem diariamente nessa área, são de alta indagação.

A responsabilidade da Comissão de Segurança Pública, ante os mesmos, justifica a convocação do Secretário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Comissão de Direitos Humanos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa da Assembleia, a convocação, na forma do disposto no art. 92 do Regimento Interno, do Sr. Secretário de Estado das Finanças, a fim de que preste à mesma, informações e esclarecimentos sobre assuntos relacionados à sua Pasta, e em especial, sobre a demissão de funcionários.

O comparecimento do Sr. Secretário será na Sala das Comissões, em dia e hora previamente designados pela Comissão e comunicado à Mesa.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

ALGACI TÚLIO - Vice-Presidente.

JUSTIFICATIVA:

Todo e qualquer assunto que envolva o direito do cidadão, todo e qualquer ato que possa ser lesivo ao bem comum e aos direitos humanos, é do interesse e da responsabilidade desta Comissão averiguar sua origem e verdade.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Propondo que a Presidência e a Mesa considerem a possibilidade de promover o levantamento da contribuição do Legislativo para o Paraná, do ponto de vista da ação parlamentar e não das biografias pessoais dos Srs. Deputados.

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, ouvido o Plenário, submete à apreciação desta Egrégia Assembleia a seguinte sugestão:

REQUER a execução de um trabalho de pesquisa histórica, com base nos Anais desta Casa e no Arquivo Público do Paraná, para respaldar e preparar caminhos quanto aos trabalhos da Comissão de Reforma da Constituição, com vistas ao processo constituinte, que se desencadeará após a promulgação da Constituição Federal, de maneira que a sociedade paranaense esteja aparelhada pelas lições da história para preparar o futuro.

Este trabalho deverá mostrar onde atos, fatos, homens, ações parlamentares, partidos políticos, contribuíram para o

avanço da democracia nesta unidade federativa, ou agiram no sentido de "fazer a história presente". A idéia é mostrar a importância da Assembleia como "consciência política do Paraná".

A celebração de um convênio com a Secretaria de Estado da Cultura para execução conjunta desta pesquisa e produção final de um documentário (com imagens e texto), que poderá ter a forma final de exposição, livro ou VT, e levará o nome de ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, OS HOMENS E DECISÕES QUE ESCREVERAM A NOSSA HISTÓRIA, ou a encampação do projeto, pela Casa.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Trajano Bastos fez publicar o trabalho artesanal da venerável professora Dona Maria Nicolas, "130 Anos de Vida Parlamentar Paranaense", de 1854 a 1984.

Esta obra é referência importante, porém se detém nas biografias dos Parlamentares e nos organogramas deste poder, nas diversas legislaturas, sem mostrar quando, por autoria de quem, como e porquê, a Assembleia fez História.

A idéia é instrumentar a comunidade política do Paraná e a população, com um retrato do seu Parlamento, considerando-se que a história oficial tem sido sempre escrita pelo Poder Executivo, numa confirmação da tradição autoritária do Brasil, que esperamos esta Constituinte interrompa, compromissada com o novo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, Líderes Partidários nesta Casa, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado, Alvaro Dias, Secretários de Estado da Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e Administração, propondo a instituição do ensino público e gratuito nas Universidades de Maringá, Ponta Grossa, Londrina e Oeste do Paraná, bem como em todas as Faculdades Estaduais paranaenses.

Requerem ainda, o envio de cópia do mesmo expediente aos Excelentíssimos Srs. Reitores ou Diretores e aos Presidentes das entidades representativas do corpo docente e discente das respectivas universidades e faculdades.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI e

PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a Creche "Pingo de Gente", da Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Pingo de Gente" vem realizando um excelente trabalho no atendimento aos menores e crianças da Cidade de Campo Mourão. Entretanto, com a defasagem das previsões orçamentárias, em função do fracasso do Plano Cruzado, a referida creche vem enfrentando problemas de ordem financeira e necessita do auxílio do Estado, para continuar prestando serviços da maior relevância para o Município de Campo Mourão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governo do Estado, solicitando que sejam estendidos aos microempresários paranaenses os mesmos benefícios concedidos aos pequenos produtores rurais quanto ao pagamento dos empréstimos contraídos durante a vigência do Plano Cruzado, no âmbito do Banco do Estado do Paraná.

Outrossim, requer envio de expediente à Associação da Pequena e Média Empresa do Paraná, dando ciência da posição favorável desta Casa à solução da crise econômica que afeta a microempresa.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Microempresários e pequenos produtores rurais vivem hoje uma situação financeira semelhante. As duas categorias, entusiasmadas pelos baixos juros e pelo crescimento da demanda que exigia um aumento na produção, fizeram empréstimos bancários durante o ano passado.

Com a reviravolta sofrida pela economia brasileira e conseqüente elevação exagerada das taxas de juros, microempresários e pequenos agricultores viram-se sufocados pelas obrigações bancárias que têm que pagar mensalmente e que os levam à insolvência.

O Governo do Estado já concedeu anistia da correção monetária destas dívidas contraídas durante a vigência do Plano Cruzado junto ao BANESTADO.

No dia 19, último, o Governo Federal suspendeu por quarenta e cinco dias a exe-

cução judicial praticada contra as micro, pequenas e médias empresas por parte dos bancos oficiais.

Esta medida, entretanto, apenas significa uma pequena ajuda que ainda não resolve o problema destes empresários, que tende a agravar-se com sérias conseqüências sociais que já começam a despontar.

Assim, faz-se necessário que o Governo do Estado estenda aos pequenos empresários a mesma anistia concedida aos pequenos produtores rurais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ministério do Planejamento, no sentido de serem liberados, o mais rápido possível, os recursos requisitados pela Secretaria da Justiça do Paraná, para a implantação de minipresídios no Estado, que há dez anos é prejudicado pela superpopulação carcerária.

Outrossim, requer que seja enviada cópia do referido expediente, à Secretaria da Justiça do Paraná.

Sala das Sessões em 25.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Enquanto a criminalidade continua apresentando crescimento quantitativo, o sistema penitenciário brasileiro - responsável pela recuperação dos marginais - mostra-se despreparado e impotente para desempenhar seu papel.

No Paraná a situação não é diferente. A escassez de celas e funcionários é alarmante. O sistema penitenciário tem capacidade para 1.687 detentos, mas abriga 2.580. Além disso, há 22 mil mandados de prisão para serem cumpridos, mas não há condições de fazê-lo, por falta de vagas. No interior, 2.500 presos estão em cadeias públicas, sem qualquer tratamento penitenciário. A mostra mais gritante desta situação está na Penitenciária Central do Estado, onde 1.281 detentos ocupam o espaço que deveria abrigar apenas 570.

Diante dessa situação, o Governo do Estado, já na gestão anterior, elaborou um projeto para construção de 10 minipresídios nas principais comarcas do Paraná, cada um com capacidade para 200 presos, com penas baixas. A proposta é educar e profissionalizar os detentos em atividades agrícolas e industriais, evitando a remoção para Curitiba, que onera os cofres públicos e provoca sérios problemas sociais.

O atual Governo encampou a idéia, mas para executá-la precisa de recursos federais. É sabido que a situação é crítica em

todo o País, mas só pode ser tratada em partes, e o Paraná já está preparado para executar a sua, faltando, para isso, apenas a colaboração do Governo Federal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Sra. Débora Dias, DD. Presidente da PROVO-PAR, solicitando auxílio financeiro para o Albergue Noturno Santa Amélia, de Goioerê.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Noturno Santa Amélia, da Cidade de Goioerê, graças ao trabalho incansável de seus diretores e funcionários, vem prestando excelentes serviços à comunidade local.

Entretanto, em função do fracasso do Plano Cruzado, os orçamentos da referida entidade estão defasados, e necessitam de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços à comunidade e ao povo goioerense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Tribunal de Justiça, transmitindo a solidariedade desta Casa à iniciativa do Prefeito Geraldo Cartário, na proposição de que, no Município de Mandirituba, seja instalada sede de comarca.

Requer, ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, ao referido Prefeito.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, em comemoração ao "Dia do Trabalhador Rural", o envio de expediente à Assembléia Nacional Constituinte, expressando o apoio desta Casa ao direito de aposentadoria especial para esta categoria.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência do referido expediente, à FETAEP.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Injustamente as leis brasileiras têm dado ao trabalhador rural um tratamento inferior ao dispensado ao trabalhador ur-

bano. Não é levado em conta a realidade própria do agricultor caracterizada por uma maior jornada de trabalho e pela prematura iniciação profissional.

Ainda crianças, até antes dos dez anos, os filhos dos trabalhadores rurais começam a trabalhar na lavoura ou com os animais, ocupando-se dos mesmos encargos dos adultos mas recebendo um salário menor. Assim, ao se aposentar, ele terá trabalhado até meio século, mas não receberá um valor justo que lhe permita descansar na velhice.

A nova Constituição deve mudar esse painel, valorizando e fazendo justiça a esse trabalhador, que constitui um dos pilares de nossa sociedade e de nossa economia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, MD. Secretário de Estado da Educação, solicitando que sejam envidados esforços daquela Pasta, no sentido da urgente ampliação do prédio da Escola Estadual Narciso Mendes, Ensino de Primeiro Grau, de Curitiba.

Uma vez aprovado, requer que seja dada ciência deste, à Direção e à Presidência da Associação dos Pais e Mestres, da referida escola.

Sala das Sessões em 25.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A referida escola se encontra com a sua capacidade de absorção de alunos seriamente comprometida, funcionando há muito tempo em quatro turnos, num esforço muito grande para atender a comunidade.

O bairro onde está instalada a unidade de ensino, aumenta dia a dia, com cada vez mais famílias se instalando, parte delas em condições precárias.

Entendo que o investimento na educação pelos nossos governantes, além de ser obrigação, deve ser prioritário, e só acredito na melhoria das condições de vida do nosso povo, através da educação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que sejam enviados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Deputados Constituintes, Dionísio Assis Dal-Prá, Iosio Antônio Ueno e Alcení Guerra, solicitando que envidem esforços no sentido de inserir no texto da Carta Magna, a proposta em forma de anteprojeto

de lei, dos empresários brasileiros. Em anexo o texto.

Da aprovação, REQUER, que se dê ciência do solicitado aos ilustres Senhores Presidentes da Associação Comercial e Industrial de Umuarama, Curitiba, Maringá e Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A profundidade da atual crise por que passa o nosso País, por razões sobejamente conhecidas, tem servido, de maneira farta, de temas de pronunciamentos e discursos de todos os representantes da sociedade, em especial dos Parlamentares.

Políticos, lideranças sindicais, eclesiásticas, enfim, dignos representantes dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, não se cansam em apontar o quadro negro que o desgoverno da Nova República está administrando. Mas, a classe empresarial, através da sua entidade em seu mais recente Congresso Nacional, em Brasília, nos dias 26 a 28 de abril, saiu do discurso e vem emprestar a sua colaboração aos Constituintes e ao Brasil, ao propor um anteprojeto do Capítulo da Ordem Econômica e Social que, em anexo, faz parte integrante deste requerimento.

IV CONGRESSO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS BRASÍLIA, 27 e 28.04.87 Nova Constituição

ANTEPROJETO DO CAPÍTULO "DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL".

Art. A - A atividade econômica é livre e compete à iniciativa privada exercê-la em todas as suas modalidades.

Art. B - A ordem econômica e social tem por fim propiciar o desenvolvimento nacional, com base nos seguintes princípios:

- I - liberdade de iniciativa;
- II - propriedade privada dos meios de produção;
- III - livre concorrência nos mercados;
- IV - valorização do trabalho como condição da dignidade humana;
- V - expansão das oportunidades de emprego produtivo;
- VI - igualdade de oportunidades;
- VII - redução das disparidades regionais de natureza sócio-econômica.

Art. C - É vedada a intervenção complementar do Estado na economia, salvo expressa autorização legislativa, caso a caso, por lei complementar, mas deverá ser sempre transitória para atender o setor que não tenha desenvolvido plenamente e

que a iniciativa privada não se disponha a fazê-lo.

§ 1. - A intervenção regulamentar somente se dará para assegurar o livre funcionamento dos mercados e da concorrência, em benefício do consumidor.

§ 2. - Em quaisquer destas hipóteses, a intervenção cessará assim que desaparecerem as razões que a determinaram.

§ 3. - Os gastos da união de capital e custeio nos setores da educação e saúde realizados nos Estados que tenham renda per capita inferior a média nacional não poderão ser inferiores a proporção percentual que cada Estado detenha na população total do País.

§ 4. - As desapropriações por interesse público que não se destinam para fins de reforma agrária promovidas pela União, Estados ou Municípios, serão sempre precedidas de prévia e justa indenização em dinheiro, vedando-se ao desapropriante a imissão na posse dos bens desapropriados, até que seja efetivada a aludida indenização, fixada pelo Juízo competente.

§ 5. - É de competência da União, após disposição de terras públicas inexploradas próprias, dos Estados, Municípios Territórios e Distrito Federal, promover a desapropriação de propriedade territorial rural, para fins de reforma agrária, mediante pagamento prévio de justa indenização, em títulos da dívida pública, com cláusula de exata atualização monetária, resgatáveis no prazo de dez anos, em parcelas semestrais, iguais e sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de qualquer tributo federal ou obrigações do expropriado para com a União. A indenização das benfeitorias, existentes nas áreas desapropriadas, será sempre paga em dinheiro:

a) a desapropriação, de que trata este parágrafo, limitar-se-á às áreas inexploradas abrangidas por zonas prioritárias, conforme definidas pela política agrícola e fundiária de que trata o Art. D;

b) o volume anual ou periódico das emissões de títulos, para os fins de que trata este parágrafo, observará o limite de desenvolvimento da União, segundo dispuser a lei;

c) os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade objeto de desapropriação, de que trata este parágrafo.

Art. D - Lei complementar disporá sobre uma política agrícola e fundiária permanente e aplicável, sem discriminações, a todo produtor rural, e estabelecerá as diretrizes para delimitação das zonas rurais prioritárias, sujeitas a reforma agrária.

Art. E - Ao investimento de capital estrangeiro no País, inclusive o tecnológico, é assegurado tratamento idêntico ao dispensado ao capital nacional, sendo proibidas discriminações ou restrições de qualquer natureza, observado o disposto no Art. C e seus parágrafos.

Parágrafo Único - Considera-se empresa brasileira ou nacional aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua administração sediada no País.

Art. F - As normas de valorização do trabalho obedecerão aos seguintes princípios, além de outros que visem a melhoria de condição social dos trabalhadores:

I - salário-mínimo capaz de satisfazer às suas necessidades normais e as de sua família;

II - não discriminação ou distinção, exclusão ou preferência baseada em motivos de raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, com igualdade de oportunidade e de tratamento no emprego ou no exercício da profissão. Não se considera distinção as preferências baseadas nas qualificações exigidas para a função ou cargo, nem as normas concernentes a racionalização do trabalho;

III - integração na vida e no desenvolvimento da empresa;

IV - duração semanal do trabalho não excedente a quarenta e oito horas, com intervalo para descanso, salvo casos excepcionalmente previstos;

V - repouso semanal remunerado e nos feriados civis;

VI - férias anuais remuneradas;

VII - medicina e segurança do trabalho;

VIII - proibição de qualquer trabalho a menores de doze anos. A lei definirá quais as atividades que não devem ser exercidas por menores de dezoito anos, por razões de saúde e de moral;

IX - condições especiais de trabalho à gestante;

X - ao trabalhador injustamente despedido, não optante do FGTS, terá direito à indenização pelo seu tempo trabalhado;

XI - previdência social nos casos de doenças, invalidez, velhice e morte, com proteção adequada contra acidente de trabalho, bem como assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva;

XII - aposentadoria, com salário compatível, conforme o que for estabelecido em lei;

XIII - a organização sindical é, ficando restritas quaisquer contribuições aos respectivos associados;

XIV - reconhecimento da convenção coletiva como instrumento adequado ao estabelecimento de condições de trabalho e estímulo aos processos de negociações;

XV - reconhecimento do direito de greve,

ficando o seu exercício dependente da manutenção de serviços essenciais à comunidade, definidos em lei.

§ Único - Nenhuma prestação de serviço de assistência ou benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida sem a correspondente e vinculada fonte de custeio total.

Art. G - A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, estabelecendo:

I - obrigação de manter o serviço adequado;

II - tarifas que permitam a remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro;

III - fiscalização permanente e revisão periódica das tarifas, ainda que estipuladas em contrato anterior.

§ Único - a escolha da empresa concessionária dependerá de concorrência.

Art. H - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial, assegurada, porém, preferência ao proprietário do solo a esta exploração ou aproveitamento.

§ 1.º - A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal na forma da lei.

§ 2.º - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra. Quanto às jazidas e minas cuja exploração constitui monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

§ 3.º - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

§ 4.º - A lei garantirá a venda em condição econômica da energia produzida pela iniciativa privada cuja comercialização seja feita exclusivamente por empresas públicas.

Art. I - As empresas públicas e sociedades de economia mista cabe exercer a intervenção complementar observado no que for aplicável, o disposto no art. C e seus parágrafos. No desempenho desta atividade elas se submeterão integralmente ao direito próprio das empresas privadas e não poderão gozar de benefícios, privilégios, subvenções ou dotações orçamentárias ou fiscais não extensíveis paritariamente às demais do setor.

Art. J - A lei federal disporá sobre as condições de legitimação da posse e de

preferência para a aquisição, até com hectares, de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e o de sua família.

§ Único - Salvo para execução de planos de reformas agrárias, não se fará, sem prévia aprovação do Senador Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área a três mil hectares.

Art. L - O controle acionário de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiofusão é vedado:

I - a estrangeiros;

II - a sociedade que tenha como acionistas ou sócios majoritários, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partidos políticos.

§ 1º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas mencionadas neste artigo caberão somente a brasileiros.

§ 2º - Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e de radiofusão, no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à TELEPAR solicitando a implantação de um posto telefônico na localidade de Pio X, Município de Salto do Lontra, e o envio de cópia do presente ao Vereador João de Lis, na Câmara Municipal de Salto do Lontra.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Pio X conta com número significativo de habitantes, com um povoado, e diversas outras comunidades próximas que não possuem um posto telefônico. Para se utilizarem de um posto telefônico nesta comunidade facilitaria a comunicação daquele povoado, bem como de outras comunidades que se localizam numa faixa próximo a Pio X, razão pela qual encaminhamos o presente e solicitamos urgência na sua instalação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Cultura e Esportes, solicitando a construção de uma quadra de esportes na localidade de Pio X, Município de Salto do Lontra.

REQUER, ainda, envio de cópia do presente ao Vereador João de Lis, na Câmara Municipal de Salto do Lontra.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Pio X, conta com um número significativo de habitantes, com um povoado e diversas outras comunidades próximas que não têm outras possibilidades de lazer a não ser os tradicionais campos de futebol. A construção de uma quadra de esportes nesta comunidade, por ser ela central e próxima de outras que não possuem igualmente outras formas de lazer, propiciaria à toda população, especialmente aos jovens formas diversas de desenvolvimento cultural e esportivo, razão pela qual estamos encaminhando este pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente do Senhor Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - I.T.C.F -, Iran Roberto Brzezinski, solicitando a criação do Núcleo daquele Instituto no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A criação do referido Núcleo virá beneficiar treze Municípios, que ficarão sob sua jurisdição, minimizando assim o problema de distância da sede e de atendimento técnico e administrativo;

O Município de Cianorte possui uma grande extensão de reserva de matas nativas que, juntamente com o Município de Tunesiras do Oeste formam a maior reserva do Estado do Paraná, o que demanda um trabalho intensivo de fiscalização.

A região que compreenderá o Núcleo possui uma vasta extensão fluvial, que também necessita de fiscalização constante e eficaz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao ilustre Governador do Estado, Senador Álvaro Dias, bem como ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Antônio Lopes de Noronha, a solicitação abaixo elencada:

- Doação de dois (02) veículos, que serão destinados à Delegacia de

Polícia do Município de Guaíra.
Sala das Sessões, em 25.05.87.
(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação apresentada justifica-se tendo em vista a deficiência encontrada pela Polícia local em relação a transportes, uma vez que não dispõe de veículos em condições de atender suas necessidades mínimas, o que vem dificultando sua tarefa de atender às ocorrências, que crescem diariamente, e têm motivado manifestações da população em sua busca de maior segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em regime de urgência, seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Habitação, Sr. Odeni Mongruel, a solicitação que segue:

- Construção de cinquenta unidades habitacionais, através do Sistema Mutirão, no Município de Rio Bom.
- Sala das Sessões, em 25.05.87.
(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Conhecendo pessoalmente a carência habitacional naquele município, e os esforços do ilustre Prefeito, no sentido de minorar os problemas de acesso das famílias de baixa renda à casa própria, entendo ser justa a presente solicitação; pois que inúmeras famílias residentes no município não possuem um local adequado para abrigar seus membros, principalmente as crianças que, com a chegada do inverno, sofrem as duras consequências de não possuírem um teto.

A título de informação, a Prefeitura do Município dispõe do terreno que poderá ser utilizado para a construção das unidades habitacionais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em regime de urgência, seja oficiado ao ilustre Governador do Estado, Sr. Álvaro Dias, bem como ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Antônio Lopes de Noronha, a solicitação a seguir elencada:

- Elevação da Delegacia de Polícia do Município de Guaíra, para Delegacia Regional ou Subdivisão Policial.

Sala das Sessões, em 25.05.87.
(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação levada a efeito funda-se no fato de que o Município de Guaíra, localiza-se na divisa do País com o Paraguai, constituindo-se então em área de fronteira, o que facilita o contrabando de produtos diversos, como, por exemplo, o café, bem como a travessia de veículos roubados para o Estado do Mato Grosso e para o Paraguai.

Faz-se necessário, inclusive, o aumento do contingente de policiais, vez que o número reduzido de pessoal que presta serviços na Delegacia de Polícia local é insuficiente para atender ao grande número de ocorrências, que crescem diariamente naquele município, pelas condições propícias encontradas pelos marginais, face à sua localização.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em regime de urgência, seja oficiado ao ilustre Governador do Estado, Sr. Álvaro Dias, bem como ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Antônio Lopes de Noronha, a solicitação abaixo elencada:

- Elevação da Companhia de Polícia do Município de Guaíra, para Batalhão de Polícia.

Sala das Sessões, em 25.05.87.
(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista tratar-se de município localizado em área de fronteira, o que facilita a ocorrência de transporte de contrabandos, principalmente de café e carros roubados, em direção ao Estado do Mato Grosso e ao Paraguai.

Essas facilidades, somadas ao crescimento sócio-econômico do Município, atraem para a região elevado número de aventureiros, que acreditam na facilidade de travessia de produtos adquiridos ilegalmente.

Objetivando uma melhor ação policial na citada área, de forma a coibir o comportamento dos marginais, que vivem a rondar o local, faz-se necessária a elevação da competência policial, para Batalhão da Polícia Militar, pois somente assim será possível um trabalho de segurança eficaz, que possa atender o anseio da população que vive momentos de grande intranquilidade, pela presença de tais indivíduos em

Guaiara, e pela violência presenciada diariamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Waldemar Alegretti, Diretor-Superintendente do IPE - Instituto de Previdência do Estado, as seguintes informações solicitadas pelo nobre Edil, Paulo Mantovani, da Câmara Municipal de Maringá, conforme anexo, a seguir:

01. Qual o número de unidades residenciais a serem construídas, onde se localizará o conjunto habitacional e em que data efetivar-se-á a entrega dos apartamentos;

02. Quais os nomes dos funcionários cadastrados inicialmente e dentre os mesmos quantos foram contemplados;

03. Qual o critério de seleção adotado para o repasse dos imóveis;

04. Se ocorreu a posterior aceitação de inscrições, justificar por que não se teve a iniciativa de divulgação ao público;

05. Se existe funcionários retendo, direta ou indiretamente, a posse de mais de uma unidade residencial.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

"CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ"

Teor do Requerimento

Senhor Presidente:

CONSIDERANDO que o Instituto de Previdência aos Servidores do Estado - IPE, mediante o apoio financeiro da Caixa Econômica Federal, vem empreendendo a edificação de blocos de apartamentos para os funcionários do Estado lotados em Maringá, pertencentes às mais diversas áreas de atuação;

CONSIDERANDO que, no período estipulado para a efetivação das inscrições, constatou-se publicamente o acentuado interesse de um elevado número de funcionários, sobretudo daqueles que se enquadravam em faixas inferiores de vencimento;

CONSIDERANDO que, concluído o processo seletivo dos candidatos, muitos dos funcionários relacionados inicialmente acabaram sendo alijados da pretensão à moradia própria, mediante a adoção de critérios ainda não necessariamente divulgados pela imprensa local, em detrimento de um significativo número de famílias;

CONSIDERANDO que existe um grande comentário dando conta de que poderia ter ocorrido uma eventual parcialidade na seleção final dos contemplados, o que deixa

margem a renovadas críticas, as quais, inclusive, poderão comprometer o conceito desse órgão estatal e desestabilizar o trabalho de moralização da administração pública proposto pelo Governador Álvaro Dias;

CONSIDERANDO, por outro lado, que a opinião pública deve ser sumariamente esclarecida a respeito, especialmente os funcionários envolvidos no processo de inscrição, a fim de que não imperem colocações inoportunas e indevidamente fundamentadas e pejorativas ao interesse do Estado;

CONSIDERANDO, também, que existem alusões dando conta de que muitos dos atuais detentores da posse de mencionadas unidades residenciais, supostamente, não foram cadastrados inicialmente;

Isto posto, o Vereador adiante nominado, com assento à Câmara Municipal, REQUER à Mesa, seja endereçado expediente ao Ilustríssimo Sr. Waldemar Alegretti, DD. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando-lhe as seguintes informações:

01. Qual o número de unidades residenciais a serem construídas, onde se localizará o conjunto habitacional e em que data efetivar-se-á a entrega dos apartamentos.

02. Quais os nomes dos funcionários cadastrados inicialmente e dentre os mesmos quantos foram contemplados;

03. Qual o critério de seleção adotado para o repasse dos imóveis.

04. Se ocorreu a posterior aceitação de inscrições, justificar por que não se teve a iniciativa de divulgação ao público.

05. Se existe funcionários retendo, direta ou indiretamente, a posse de mais de uma unidade residencial.

Sala das Sessões, aos 19.05.87.

(a) PAULO MANTOVANI - Vereador-Autor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Reforma Agrária, Dr. Dante de Oliveira, no sentido de solicitar urgência na conclusão da perícia na Fazenda Solidor, localizada no Município de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Fazenda Solidor foi vistoriada pelo INCRA há quatro meses, através da Delega-

cia Regional de Cascavel, Paraná. O processo em questão ainda se encontra naquela Regional. A citada Fazenda está ocupada pelos sem-terra, há aproximadamente um ano, dentro de um acordo firmado com Sua Excelência o Governador do Estado.

Conforme cópia em anexo, os sem-terra acampados teriam preferência nos assentamentos das futuras desapropriações. Daí porque, há necessidade de se urgenciar a conclusão da perícia para a desapropriação da referida fazenda.

Requer também, seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu, bem como à respectiva Câmara Municipal de Vereadores, e do Presidente do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado requerimento ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Dr. Ary Queiroz, no sentido de estabelecer abastecimento de água, via SANEPAR, no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Boa Esperança do Iguaçu é a área mais produtiva do Município de Dois Vizinhos, na Região Sudoeste do Estado. Lamentavelmente esta progressista localidade ainda não conta com abastecimento de água, via SANEPAR.

A lúdima solicitação da comunidade e das lideranças que a representam, está justificada e embasada nos objetos e metas do atual Governo do Estado, que postula garantir ao paranaense todos os direitos de cidadania que lhe são inalienáveis. O sofrimento que a falta de água potável na localidade vem infringindo à população é de grande monta fazendo com que a presente reivindicação seja considerada prioritária e premente.

Uma vez aprovado, seja dado ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Dois Vizinhos e à Câmara de Vereadores do mesmo Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado requerimento ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, ofício no sentido de providenciar a construção de camada asfáltica ligando a BR-281 ao Núcleo Habitacional de Dois Vizinhos/Pr.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Habitacional do Município de Dois Vizinhos está sendo construído pela COHAPAR e já apresenta o saldo positivo de cinquenta e cinco casas concluídas, como parte da primeira etapa do Plano Inicial, que se propõe a construir quinhentas habitações populares.

As quarenta e cinco unidades previstas para a segunda etapa no mesmo local estão tendo sua construção ativada.

Justifica-se o requerimento acima pelos benefícios que serão obtidos pelos habitantes do Núcleo Habitacional através da construção de camada asfáltica no referido trecho, de vez que o referido Conjunto Habitacional tem ligação direta com a Empresa Moinho da Lapa S/A, onde trabalham dois mil funcionários.

É evidente que a segurança no percurso a ser trazida pelo asfalto e agilização do fluxo que o mesmo irá propiciar, resultam em reivindicação prioritária da comunidade.

Sugere-se imediatas providências quanto à deliberação da camada asfáltica pelo fato do Núcleo Habitacional estar situado em área rural e o trecho em questão apresentar-se atualmente desprovido de qualquer infra-estrutura.

Uma vez aprovado, seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito de Dois Vizinhos, bem como à Câmara de Vereadores do mesmo Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado requerimento ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, requerimento no sentido de providenciar a reconstrução de camada asfáltica da BR-281 no trecho que liga o perímetro urbano de Dois Vizinhos à ponte sobre o rio do mesmo nome, via São Jorge d'Oeste.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A camada asfáltica da BR-281 numa extensão de 1500 metros ligando o perímetro urbano de Dois Vizinhos até a ponte sobre o Rio Dois Vizinhos através de São Jorge d'Oeste, encontra-se em péssimas condições causando problemas sérios quanto à segurança daqueles que por ali trafegam.

Inúmeros são os acidentes ocasionados pelo estado atual daquela rodovia, a maio-

ria dos quais com graves riscos.

O requerimento acima fica ainda plenamente justificado ao se levar em conta que o trecho em questão é a entrada de acesso ao município, resultando numa imagem negativa do mesmo a todos quantos a ele se dirigem.

Uma vez aprovado, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, bem como à Câmara de Vereadores do mesmo Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, no sentido de providenciar a construção de quatro estabelecimentos de Ensino Rural Municipal, no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Quatro estabelecimentos de ensino no Município de Dois Vizinhos encontram-se em precária situação, sem as mínimas condições de uso, abandonados e sem cumprir com seu digno objetivo, que é o de formar e informar alunos.

O presente requerimento é plenamente justificável portanto, uma vez que uma das metas prioritárias do atual governo estadual é precisamente o apoio, manutenção e incentivo ao ensino rural municipal. A Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR já foi notificada a respeito e a reativação dos quatro estabelecimentos escolares depende unicamente do atendimento a essa solicitação.

No momento em que a evasão escolar vem sendo motivo de preocupação por parte dos mais sérios segmentos da sociedade, torna-se inconcebível que sejam mantidos desativados os quatro estabelecimentos de ensino rural municipal em Dois Vizinhos.

Uma vez aprovado, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Dedi Barichello Montagner bem como à respectiva Câmara de Vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná, Doutor Osmar Fernandes Dias, visando a construção do Parque de Exposições no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Antiga reivindicação comunitária, com o total apoio das lideranças da região, a construção do Parque de Exposições em Dois Vizinhos está na dependência única da liberação de recursos por parte do Governo Estadual para se tornar uma realidade.

A Prefeitura Municipal daquele Município já dispõe de uma área de 210.000 m², lindeira ao asfalto, próximo à SADIA, no trecho Dois Vizinhos - Francisco Beltrão. O referido Parque está plenamente justificado pela representatividade que dará ao Município e à Região Sudoeste, bem como fará com que haja um incremento altamente benéfico à produtividade paranaense nas áreas da agricultura e abastecimento, prioritárias na atual administração.

Uma vez aprovado, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Dedi B. Montagner. M.D. Prefeito Municipal de Dois Vizinhos e à Câmara de Vereadores do citado Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA que este subscreve, solicita a inserção nos Anais, de votos de congratulações e apreço ao Grupo de Teatro de Bonecos DADÁ, na pessoa de seus dirigentes Euclides e Adair, pelo seus vinte e cinco anos de atividade, comemorados com esplendorosa encenação, no Teatro Guaíra, da peça "A Nuvem Apaixonada", do cancionero popular turco, em temporada neste mês de maio.

Solicita também a inserção, nos mesmos Anais, do texto anexo, publicado no programa da peça, onde o Secretário de Estado da Cultura, Dr. René Ariel Dotti, reporta à comunidade paranaense a trajetória brilhante e também sofrida, do grupo de teatro de bonecos, e seu engajamento nas lutas libertárias do Brasil e do mundo. Pede ainda envio de cópia deste requerimento às empresas Comissária Galvão, Gasosa Hugo Cini, e "Correio de Notícias", pelo apoio dado ao espetáculo dentro do espírito de participação do comércio e da indústria no patrocínio da produção cultural, dentro da idéia de que empresários devem "subir ao palco". Sobretudo pela compreensão destes titireteiros "artesãos da desobediência..."

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, REQUER à Assembléia a inserção nos Anais de documento anexo, sobre a Fer-

rovia da Produção e a Ferrovia Norte-Sul, e pede remessa de cópias do mesmo a toda a Bancada Federal do Paraná, urgente, e publicação do mesmo no Diário desta Casa, para reforçar a luta paranista que, por mandato, é de todos obrigação.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) RAFAEL GRECA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 074/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, de Wenceslau Braz.

Art. 2.º - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro na Cidade de Wenceslau Braz, Paraná, está situada na Rua Mato Grosso n. 52, naquele Município, e está devidamente registrada em 02 de agosto de 1983 sob n. 015 do Livro A-1, fls. 68v à 71 do Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas de Wenceslau Braz.

Fundada em 17 de março de 1983, com caráter assistencial e sem fins lucrativos, a referida entidade tem como objetivo promover o bem-estar, a proteção e o ajustamento de excepcionais, estimulando os estudos e pesquisas relativas aos mesmos e promovendo meios para o seu desenvolvimento nas atividades profissionais e de lazer.

PROJETO DE LEI N. 075/87.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS do MUNICÍPIO DE MARIALVA, com sede e foro no Município de Marialva, Estado do Paraná.

Artigo 2.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - (Finda a leitura do Expediente).

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem).

Senhor Presidente, inicialmente para registrar a presença nesse plenário do ilustre advogado Dr. Paulo Braguini, ilus-

tre representante do Oeste do Paraná. E em segundo lugar, Senhor Presidente, para registrar a eleição do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, ocorrido na última sexta-feira em Florianópolis, para Tesoureiro da Seccional Sul da UPI.

Esse fato, Senhor Presidente, eu creio de grande importância para nós, Deputados do Paraná, porque a vitória do Deputado Tadeu Lúcio Machado é uma vitória da nossa própria Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado José Rogério Carvalho, inscrito.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados (Lê):

"Nenhuma instituição pública tem merecido mais confiança e credibilidade popular do que as Cadernetas de Poupança.

Mais do que um investimento para resguardar o capital da corrosão inflacionária, as Cadernetas de Poupança representam a subsistência de milhares de pequenos poupadores que tem na atualização dos seus saldos em depósito a complementação do salário insuficiente para atender as despesas domésticas, a complementação das minúsculas aposentadorias previdenciárias, ou até mesmo como instrumento para a realização de um objetivo que seria inalcançável não fosse, ilusoriamente, esse dinheiro que provém do processo inflacionário mensal.

Não conseguimos apreender quais os reais motivos que fizeram o Governo, no conjunto de medidas do Plano Cruzado II, alterar a data de depósito da reposição inflacionária do primeiro dia útil de cada mês, para até o quarto dia útil subsequente à divulgação do índice de Preços ao Consumidor, ou das Letras do Banco Central, proposto pelo Decreto n. 2311, de 23 de dezembro de 1986.

Não há razão aparente que justifique o porquê da consecução desses índices não se manterem auferindo o comportamento de mercado do dia 15 ao dia 14 do mês subsequente, como vinha sendo executado, de maneira a devolver aos poupadores o reajuste até o 1.º dia útil de cada mês.

No último dia 21, é que os poupadores tiveram creditadas as atualizações que fazem jus desde o dia 1.º deste mês. O exemplo, por ser flagrante, dispensa maiores comentários.

Seguramente, a persistir esta forma de reposição, continuará prejudicado o poupador que, por continuar acreditando na instituição, tem em depósitos, hoje, no Brasil, captado aproximadamente 700 bilhões de cruzados, volume de recursos que poderá propiciar a construção de até 4.000

novas unidades residenciais de dois quartos.

A partir do momento em que o poupador notar que vem sendo prejudicado poderá reverter este quadro. (termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, inscrito.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Jornal do "Estado do Paraná" do dia 23 próximo passado, publica na página do interior, reivindicação da microrregião nove, com sede em Maringá, através do seu Presidente, Prefeito de Doutor Camargo, uma revisão dos Convênios assinados entre o Estado e os Municípios, objetivando a construção das obras do PRAM, e argumenta o Presidente daquela Associação que em função e em virtude dos altos índices de inflação que vive o Brasil, não só é justo como indispensável e necessário que se atualizem os valores dos convênios assinados entre Municípios e o Estado do Paraná. Queria, nesta oportunidade, ao dizer que entendemos perfeitamente a reivindicação dos Srs. prefeitos do Norte do Paraná, e a mesma deve ser de todos os Municípios paranaenses, para que S. Exa., o Governador do Estado, nesta mesma oportunidade em que deve determinar a revisão destes valores, se lembre de assinar também os convênios com alguns municípios que foram preteridos na oportunidade da assinatura deste mesmo convênio que foi coletivo.

Lembramo-nos que foi no famoso discurso dos "marajás" onde anunciou a anulação do decreto que havia determinado a aposentadoria de quatro Srs. funcionários do Tribunal de Contas, S. Exa., pela emoção, talvez tenha esquecido, ou previamente determinado, que não assinasse os convênios dos recursos do PRAM dos Municípios de São Jorge do Patrocínio, Bandeirantes, Marilândia do Sul e, parece-me, Barbosa Ferraz.

Portanto, já que os recursos principais deste Programa são advindos do Banco Mundial, em dólares que os mesmos direitos que tem duzentos e tantos outros municípios, estes outros, cujos Prefeitos pertencem ao nosso Partido, e Bandeirantes, que parece-me que pertence ao PDS, também têm o mesmo direito.

Apresento daqui a minha solidariedade, e do Partido, à reivindicação que fazem os Prefeitos da Microrregião nove, e fazemos um apelo também ao Governo do Estado e Líderes da Bancada majoritária do Governo para que estes municípios a que me referi, cujos Prefeitos não são do PMDB, também

assinem o convênio porque me parece que de uns anos para cá o que os municípios têm recebido na área estadual são somente recursos do PRAM, felizmente um projeto ainda do Governo de Ney Braga, quando tinha Saul Raiz na Secretaria Extraordinária dos Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao seguinte orador inscrito Deputado Pedro Tonelli, no Pequeno Expediente.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e Senhores colegas Parlamentares, demais presentes nesta sessão de hoje.

(Lê):

O Mandato do Presidente Sarney

Dia 18 de maio o Presidente Sarney, em programa de TV, definiu a duração de seu mandato em cinco anos. Fez isso, contrariando a todos: Aliança Democrática, os Partidos de Oposição e, principalmente, a vontade popular.

A posição do PT, quanto ao mandato do Presidente Sarney, é clara: eleições diretas para Presidente da República até noventa dias após o término da Constituinte.

O que mais tem causado estranheza, nessa luta pela manutenção do poder, contra a vontade da maioria da população, é a postura fisiológica, reacionária, antinacional, antipatriótica e servil da maioria do PMDB. Neste episódio, mais lamentável ainda é a postura do Governador do Estado Álvaro Dias, contrariando seu próprio partido, que no dia 12 de abril, em consulta aos seus militantes, decidiu por maioria absoluta (75%), que o mandato do Presidente Sarney não seria superior a quatro anos. Mesmo assim, o Governador passou a defender que o mandato do Presidente Sarney deve ser de cinco anos. Numa atitude servil, correu imediatamente à Brasília prestar seu apoio e defender a postura assumida por Sarney.

No entanto, esse apoio não é gratuito, segundo o "Jornal do Brasil", ele foi negociado. A negociação se deu da seguinte forma: em troca do apoio, o Governador receberia:

- 5 milhões de cruzados, imediatamente, para obras de habitação;
- 5 milhões de cruzados a serem recebidos em breve;
- a nomeação do Presidente da Caixa Econômica Federal;
- a construção da Ferrovia da Produção;
- recursos para o Projeto de Irrigação da SEAB;

- a nomeação de funcionários para os cargos federais;

Em contrapartida, o Governador comprometeu-se a reativar o "Pacto Social", da periferia para o centro, que já estava morto e sepultado.

O PT não é contra que o Paraná obtenha recursos federais para atender as suas necessidades econômicas e sociais. Por isso, o PT luta para que se faça a Reforma Administrativa. No entanto, é contra as negociações que implicam em capitulações dos princípios democráticos. É contra os acordos pessoais e de classe para a manutenção dos privilégios dos governantes ilegítimos, como é o caso do Presidente Sarney. É contra, porque nessa negociação, mais uma vez, se quer manter o controle do poder na mão da elite dominante, que para isso usa, se necessário, a corrupção, o suborno, o tráfico de influência, enfim, de todos os recursos lícitos ou ilícitos, ao seu alcance.

Nesta negociação os trabalhadores paranaenses foram envolvidos. Envolvidos sem consulta prévia. O Governador se propõe a reativar o Pacto Social que toda a sociedade já tinha condenado por ser contrário à classe trabalhadora.

(Termina de ler).

O Governador se propõe a reativar o Pacto Social com toda a sociedade que aliás esta mesma sociedade organizada já tinha condenado, esse chamado e espúrio "Pacto Social". A classe trabalhadora não admite que negociações desse tipo sejam simplesmente manobras ou façanhas de alguns que estão governando, tornando o poder autoritário e centralizador.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente gostaríamos de ratificar e concordar plenamente com o Senhor Deputado Basílio Zanusso, quando se refere a discriminação às Prefeituras e aos municípios onde a legenda do PMDB não é mandatária como é o caso do nosso município, o município de Bandeirantes, que até hoje esperam pela assinatura do PRAM/87.

Isso foi muito comum do governo anterior, e continua de forma cristalina no governo que hora se implantou no Paraná.

Mas, nós gostaríamos de registrar nesta Casa hoje os nossos votos de congratulações ao Senhor Afonso Alves de Camargo Neto pelo seu trabalho, e sua dedicação no combate à Ferrovia Norte-Sul, a qual foi amplamente debatida ontem através da Rede

Bandeirantes de Televisão.

A sigla partidária pouco importa, às vezes, quando há interesse do povo da Nação em jogo.

O Senador Afonso Alves de Camargo Neto vem demonstrando realmente interesse de tornar públicos e transparentes os atos do Governo Federal, através da denúncia feita pela "Folha de São Paulo", a respeito do escândalo da Ferrovia Norte-Sul.

Essa Ferrovia pode ser considerada como uma obra faraônica, e governo nenhum poderá pagá-la, nem agora e nem daqui a muitos anos, deixa muito evidente a questão que envolve hoje a Nação brasileira; nesta época em que haveria de se conter despesas o Governo chora e lamenta o escândalo da Ferrovia Norte-Sul.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos deixar registrado, os nossos votos de congratulações ao Senador Afonso Alves de Camargo Neto, pelo modo brilhante com que defendeu os interesses do povo brasileiro, ontem, através da rede de televisão mencionada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate.

(Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

Vossa Excelência tem trinta minutos para proceder à sua oração.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

(Lê):

"Desde 1946, quando a Assembléia Nacional Constituinte incorporou à Constituição o imperativo de "promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos", foi que o tema da questão fundiária começou, efetivamente, a merecer atenções.

Ao longo das duas décadas seguintes, frutificaram-se os debates sobre as propostas de ampliação das bases legais, no intuito de viabilizarem-se as transformações estruturais do campo.

Foi, porém, na proposta do Plano Trienal (1961-1963), que o Governo reconheceu que a deficiente estrutura agrária constituiria, a persistir o quadro, empecilho à expansão do mercado consumidor, e poderia comprometer o próprio processo de industrialização.

Com a Emenda Constitucional n.º 10, de 30 de novembro de 1964, foi dado o primeiro passo concreto a fim de se eliminar os

entraves ao cumprimento daquela disposição constitucional, quando suprimiu-se a exigência da prévia e justa indenização pecuniária nos casos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, substituindo-a pela indenização, através de Títulos Especiais da Dívida Agrária.

Mas, somente com a promulgação do Estatuto da Terra, em 30.11.64, o Brasil passou a contar com um balizamento político-institucional mínimo para instrumentar a necessária transformação da sua estrutura agrária. Além dos princípios e fundamentos filosóficos-jurídicos que exigem e justificam a intervenção do Estado para a concretização das mudanças, o Estado delineou as formas de ação governamental que consubstanciavam a política das reformas agrária e agrícola, os objetivos sociais, econômicos e políticos estimados, bem como, idealizavam os instrumentos e as diretrizes a serem perseguidas na implementação daquelas políticas distintas.

Mais de vinte anos decorreram desde a promulgação do Estatuto, e o mínimo que se pode dizer, é que os resultados são absolutamente frustrantes.

As soluções, até aqui propostas, tanto na questão fundiária como nas questões agrícolas, inequivocamente, não tem atendido aos anseios e às efetivas necessidades dos trabalhadores rurais.

O açodado desenvolvimento do capitalismo nacional tem exarcebado a concentração de renda e a urbanização acelerada. Por via de consequência gerou, no campo, uma situação de concentração da riqueza, causadora de alterações nas relações trabalhistas que, em algumas regiões do País, são marcadas pelo assalariamento de grandes parcelas da força de trabalho; quando em outras, agravou a pauperização do setor primário.

As informações contidas no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, são gritantes quando indicam que os Imóveis com mais de 1000 hectares ocupavam, em 1967, 46,9% da superfície total dos imóveis do País e, em 1984, passaram a deter 58,3%. No outro extremo, os imóveis com menos de 100 hectares, tiveram a sua participação reduzida de 18,7%, em 1967, para 14%, em 1984.

A questão da distribuição da terra pode ser, também, avaliada assim: os imóveis com mais de 1000 hectares representavam, em 1984, apenas 2% do total; e os com menos de 100 hectares, 83,2%. Desses últimos, 66,4% (em números absolutos mais de 1,7 milhões de imóveis), possuíam superfície inferior a 25 hectares, e ocupavam apenas 7,5% da área total.

Quando em 1984 constatou-se a existência de 10,6 milhões de sem-terras, apenas os latifundiários apropriavam 409 milhões de hectares. Em 1972, esses imóveis manti-

nham cerca de 25% da sua área aproveitável não explorada. Em 1984, esse índice elevou-se a 41%.

Segundo o Censo Agropecuário de 1985, no Paraná, possuíamos 474.346 imóveis rurais que totalizavam 17.051.955 hectares de terras aproveitáveis. Deste global, 445.293 propriedades, representando 93,88% dos imóveis com até 100 hectares, detinham 44,11% da área total. Do outro lado, 1.746 propriedades com mais de 1000 hectares, representando 0,37% do número total de imóveis, detinham 21,05% da área total.

Ainda que os índices de aproveitamento de terras exploráveis, no Paraná, não diferem tão alarmantemente entre as classes de imóveis em foco, atestam os dados auferidos que, nas micro e pequenas propriedades, 94,58% dos proprietários dirigem as atividades de exploração do imóvel, quando, dos imóveis com mais de 1000 hectares, apenas 0,25% dos proprietários administram as suas atividades de exploração.

Aparentemente, este quadro não mereceria a nossa atenção se não fosse a preocupação que nos causa a diminuição do número de imóveis rurais com até 25 hectares, que até aqui vêm se mantendo como pilar de produção dos alimentos de subsistência, e cujo desestímulo tem derivado ao desenfreado processo de urbanização.

Os dados demonstram que, em 1972, o Paraná possuía 309.961 imóveis com dimensões deste porte, que somavam um contingente de 3.687.536 hectares; em 1978, o número de imóveis decresceu para 275.909, abrangendo 3.086.157 hectares; em 1985, diminuiu para 260.096 imóveis, que representavam 3.073.800,9 hectares da área total do Estado. O número de imóveis decresceu 16,54%, enquanto o contingente das áreas destes imóveis, foi diminuída em 16,09% da sua superfície total.

No Brasil, o outro lado da concentração de terras é a concentração da renda. Entre 1970 e 1980, os 5% mais ricos aumentaram a sua participação na renda do setor rural de 23,7% para 44,9%, enquanto os 50% mais pobres tiveram a sua participação diminuída de 22,4% para 14,9%.

A primeira consequência que depreendemos, é a drástica redução do contingente de trabalho que vem ocorrendo no campo: em 1970, a população rural nacional representava 44,28% da população; em 1980, decresceu para 29,83%; embora, entre 1982 e 1984, o contingente de trabalhadores ocupados na agricultura tenha tido um acréscimo de 5,9%, estima-se que, em 1990, os atuais 26,9%, serão 23,21% da população nacional.

No Paraná, as estatísticas e projeções não diferem destes números: enquanto a população rural representava, em 1970,

63,86%; decresceu, em 1980, para 41,38%; e estima-se, será de 28,52%, em 1990. Aqui, as projeções também apontam que a Região Norte do Estado continuará caracterizando-se como a maior expulsora da mão-de-obra rural, enquanto 53% do contingente total deverá concentrar-se nas microrregiões do Extremo Oeste, Sudoeste, Umuarama, Campo Mourão e Campos de Guarapuava.

No plano nacional, outra informação que reputamos importante, são os caracteres sociais desta população trabalhadora. Enquanto que, em 1970, aproximadamente 9,7 milhões de trabalhadores rurais não possuíam terras (isto é, eram arrendatários, meeiros e parceiros), em 1980, ascenderam a 17,1 milhões, em contrapartida aos 3,2 milhões de proprietários rurais.

Em estatísticas de 1980, não dispusemos de dados mais recentes, mas acreditamos que a realidade em pouco, ou, em nada foi alterada; quanto ao critério rural, as propriedades com mais de 100 hectares absorviam 26% do volume de recursos, enquanto as propriedades com mais de 1000 hectares, absorviam 19%. Estes dados até poderão dar a idéia de que os grandes proprietários estariam sendo prejudicados, pois, detentores de 39,5% da área, recebem 19% do crédito. A idéia, porém, é enganosa.

Essa estrutura concentrada torna-se ainda mais flagrante, se atentarmos para as demais características: as propriedades com até 100 hectares detêm 23,5% da área, eram contempladas com 26% do crédito rural (1980), absorvem 86% da mão-de-obra ocupada no setor, são responsáveis por 62% do valor total da produção agropecuária; as propriedades com mais de 1000 hectares, que agrupam 39,5% da área, absorviam 19% do crédito rural (1980), ocupam 4% da mão-de-obra, e produzem, apenas, 14% do valor total da produção. Ou seja, como está demonstrado, esses segmentos distintos de propriedades rurais têm uma participação não só diferenciada, mas invertida, na produção de alimentos.

Analisando os meandros do contingente da produção, aqui, mais uma vez só, dispusemos das estatísticas de 1980, constatamos que as grandes propriedades têm uma produção significativa de bovinos de corte, 34,2% da produção, e de cana, 28,8%. No mais, é pouco significativa a produção deste segmento. Geram 9% da produção de aves, 1,4% de ovos, 2% de suínos, 8,1% de leite, 1,2% da mandioca, 2% do feijão, 2% da batata, 4% da banana, pouco mais de 11% do arroz, 1% do amendoim, 4,5% do algodão, 4,4% do milho, 7,7% do café, 7,2% da laranja tipo exportação, 3,8% do cacau, 7,2% do trigo e, pasmem, apenas 4,4% da soja produzida no Brasil.

Estamos certos de que estes dados, por si só, dispensariam outro qualquer comen-

tário. Estes e todos os parâmetros que pudermos arquitetar demonstrarão, sempre, que são os pequenos proprietários que garantem o consumo interno e a pauta de exportações do setor, sempre inversamente proporcional aos benefícios da política agrícola que outros, e este Governo Federal, ofereceram e oferecem, para o setor.

Recomendaria proselitismo divagar sobre as razões que sempre nos compeliram a defender a Reforma Agrária; assim como desnecessário parece citar o elenco de razões que ao curso dos anos vêm descaracterizando o cunho social da atividade agropecuária, produtora da desenfreada urbanização de favelas e sub-vidas, como custo do desenvolvimento econômico.

Mesmo que a nossa tendência nos induzisse ao aceite desses absurdos, a nossa consciência à luz da irrefutabilidade dos dados nos faria defender os pequenos agricultores, porque precisamos de alimentos, precisamos de matérias-primas e são os pequenos produtores quem produzem, no Brasil, os alimentos e as matérias-primas.

Ainda que as atuais projeções apontem para uma safra recorde de 65 milhões de toneladas de grãos em 1987, não podemos nos enganar com a idéia de que o setor não demanda preocupação. Ao contrário, acumula um conjunto de problemas históricos, da estrita competência das administrações de Governo, tão vasto quanto é complexo discorrer sobre as metas de solução. Mas, podemos adiantar, até pelas estatísticas que arrolamos neste despretencioso pronunciamento, que os resultados obtidos nesta safra continuam extremamente aquém do que o setor é capaz de produzir se o Governo acenar com uma política fundiária e agrícola compatíveis com a realidade sócio-econômica do setor.

Neste ponto, a bem da justiça, devemos cunhar as relevadas diferenças de comportamento adotadas para o setor, entre os Governos do nosso Estado e o da União.

É imponderável a atenção que os Governos do Paraná dispensaram, no âmbito do que lhes competia realizar, para o aprimoramento de alguns dos segmentos de infraestrutura que o setor requer. A expansão da malha viária, atingiu os mais esquecidos proprietários, interligando-os à economia de mercado e oferecendo-lhes melhores condições de integrarem-se ao desenvolvimento social. A política de interiorização educacional, aliada aos programas de habitação, energia elétrica rural, complementados com os programas de extensão rural, aproximaram o agricultor das comodidades da vida moderna, e das condições de desenvolverem as suas atividades dentro de parâmetros melhorados de avaliação dos resultados que podem ser obtidos pelo seu trabalho.

Mesmo assim, muito há que se realizar.

No que compete ao transporte, a despeito das prioridades que as rodovias deverão manter, as alternativas de transporte ferroviário e hidroviário que o Governo ÁLVARO DIAS vem envidando esforços de incrementar através da Ferrovia da Produção e o acesso à navegação do Rio Ivaí, são alternativas que vão além da desejada integração do homem à terra, porque contribuirão, substancialmente, nas facilidades, na competitividade e barateamento do item nos custos finais da produção agropecuária.

É imperativo e urgente que o Governo do Estado atente, ainda, para a nossa incapacidade de armazenamento da produção, carente de unidades a nível de fazendas ou armazéns comunitários, armazéns coletores (cooperativas, entidades estaduais, e companhias particulares), armazéns estratégicos (estoques reguladores), e unidades terminais (industriais e portuárias), de vital importância para reduzir as perdas de produção e permitir que o agricultor possa optar entre a venda imediata ou a espera de uma melhor situação de mercado para os seus produtos.

Finalmente, de fundamental importância no contexto infra-estrutural, é o incremento do Programa de Irrigação. Há informação de que a Secretaria de Estado da Agricultura, em consórcio com a Universidade Estadual de Maringá, com recursos parciais do Programa Nacional de Irrigação, vem desenvolvendo um projeto experimental para, a despeito da exigência de conhecimentos para o manejo da sua tecnologia, sofisticada para a realidade do setor, ser imediatamente aplicado, viabilizando maiores índices de produtividade, conseqüentemente, uma maior participação do setor no desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

É por isso, quem sabe, que o setor primário, no Paraná, responde: aqui, por 32,3% da arrecadação total do ICM; para o Brasil, por 25% da produção nacional de grãos.

Enquanto no País, o total das áreas agricultáveis não exploradas, correspondem a 38,85% aqui, esses índices ainda registram 23%. É o retrato mais fiel do desestímulo que ronda o setor.

Paralelo ao conjunto das providências de infra-estrutura e atividades complementares que retiramos do contexto global para a restrita responsabilidade dos Estados, incumbiria ao Governo Federal, no caso:

1. a execução de uma política fundiária que estabeleça, definitivamente, o caráter de função predominantemente social da terra, de forma destemida e descomprometida dos interesses dos latifundiários,

empresários e multinacionais, que mantêm suas terras inativas, como reserva de valor, em detrimento de um incomensurável número de bóias-frias, meeiros, arrendatários e de sem-terras, na última acepção da palavra, que embora maculados por um entranhado grupo de exceção, estimariam participar do direito de sobreviver pela única forma que a vida lhes propiciou aprender: o cultivo da terra;

2. o estabelecimento de créditos rurais, a juros diferenciados segundo o porte das propriedades a que servirá, compatíveis à economia do setor;

3. a impostergável instituição do seguro agrícola;

4. a consecução de programas de assistência e extensão rural que norteiam o esforço produtivo para as efetivas necessidades de mercado, combinadas com o potencial agropecuário que possa, pela racionalização, redundar em maior aproveitamento sócio-econômico-tecnológico da terra; e,

5. a adoção de uma política previdenciária indiscriminada, que permita ao trabalhador rural auferir os mesmos benefícios com que são contemplados, em tese, os trabalhadores urbanos.

É inconcebível que o País, com o território agricultável que possui, não seja auto-suficiente, ao menos, na produção dos alimentos que consome.

É vexaminoso, por exemplo, constatar que a política de subsídio ao trigo, operada pelo Governo nas exportações como no mercado interno, seja responsável por 13 bilhões da dívida externa nacional.

É imperdoável um Governo que é incapaz, sequer, de gerenciar uma política agropecuária, sob o pretexto da falta de recursos financeiros que não lhe faltam à concepção de projetos mirabolantes e megalomaniacos, ou para a realização de piqueniques oficiais, ao custo do deslocamento de aeronaves do Poder Público. No mínimo, uma indecência triste e revoltante na história de um povo que ainda morre porque não possui o que comer.

É importante que se diga que, as crises que o setor agropecuário atravessa, é conseqüência da forma estrambelhada com que os Órgãos Oficiais, responsáveis pelas políticas do setor, incutem as suas "políticas de apreço" discriminadas; ou ao descabro das Resoluções do Banco Central, abortadas do Conselho Monetário Nacional ou do Ministério da Fazenda, insensíveis e inarredáveis na aplicação de medidas que cobram do setor agropecuário, os resultados da atual crise econômica que o setor não gerou, não causou, não é fruto da sua incompetência administrativa.

Não é que seja importante. No caso, é transcendental que o Governo da União articule uma política fundiária e agrícola,

abrangentes da infra-estrutura e das atividades complementares que o setor demanda, com ênfase ao atendimento dos micros e pequenos proprietários rurais.

Em assim agindo, o Governo terá, em futuro mais próximo que os seus técnicos possam sonhar, a surpresa de saber que a produção nacional do setor foi multiplicada; a oferta de produtos alimentares erradicou a subnutrição; os índices de morte por inanição estarão erradicados dos obituários oficiais; a inflação é irrisória e estável porque a oferta de produtos, além de atender os compromissos de pagamento da dívida externa, do qual o setor sempre contribuiu com 30% do volume total das exportações, mesmo que a preços aviltados, atende, folgadoamente, a demanda interna.

Se este é o sonho do Governo, este é, também, o sonho de todos os brasileiros. Sonhado todos os dias e factível de acontecer a partir do instante que o Governo tiver competência e hombridade para executar as reformas que o setor, por índole, não reclama, mas, padece na carne.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Há informações de que o Governo Federal, nos próximos dias, anunciará uma Anistia Fiscal, perdando as Prefeituras Municipais inadimplentes das contribuições previdenciárias.

Desconhecemos, ainda, se se trata de uma anistia parcial ou total dos débitos, e qual o volume.

Procuramos informações mais detalhadas com o IAPAS, porém, não pudemos adiantar o que pretendíamos pois os funcionários que atendem o setor de arrecadação, somente dão expediente após o meio dia. É apenas mais um absurdo no País dos Absurdos, que desta vez, ocorre em Curitiba.

No Paraná, entretanto, especula-se, o perdão atingiria 285 das 311 Prefeituras Municipais.

Parece óbvio que a medida pretende corrigir, parcialmente, os descaminhos da centralização tributária, compensando, neste momento de crise, as municipalidades de finanças mais combalidas. Quantas não o estão?

Diríamos, até, que o Governo age, no caso, com senso de justiça. É raro, mas também acontece.

A anistia, porém, levanta nesta hora, outra questão:

- Qual a compensação que o Governo oferecerá às outras 26 Prefeituras Municipais do Paraná, que comenteram o disparate de honrarem os seus compromissos? Em princípio, não seria desestimulá-las ao prosseguimento da prática da arrecadação?"

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço pela oportunidade. Realmente eu acho que Vossa Excelência está tentando colocar muito bem a situação nacional e o porquê a situação da agricultura brasileira e paranaense, principalmente, estão no caos, estão na situação em que estão.

Realmente, você tem razão quando você cita muito bem que existe um plano econômico de desenvolvimento, que é um plano centralizador e concentrador, tanto dos meios de produção quanto da terra e dos seus mecanismos.

O que eu queria dizer mais é que esses fatos não acontecem por acaso. Eles desenvolvem uma política, uma política, claro que nós como homens e representantes públicos temos que repudiar. Mas esse plano queira ou não, sofreu e vem sofrendo o apoio e a interferência da política oficial. É um plano dos grupos econômicos, dos banqueiros internacionais, dos monopólios internacionais, mas que vem sofrendo todo um processo de implantação e de apoio oficial nos governos da América Latina e especialmente no Brasil.

Por isso é que, Vossa Excelência está realmente muito preocupado e eu endosso a sua preocupação. E nós, como homens públicos, temos que nos preocupar em implantar uma outra política. Uma política agrícola nossa, um apolítica agrária nossa, e de interesse da população brasileira e da América Latina que são os pequenos, os agricultores e os operários. E não oficializar os interesses dos banqueiros, dos grandes industriais e dos grandes monopólios internacionais.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Agradeço o aparte do Deputado Pedro Tonelli, preocupado também com a questão e concedo o aparte ao nobre vice-Líder, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Muito obrigado meu prezado companheiro Deputado José Rogério de Carvalho, que me permite, me dá uma oportunidade de também me manifestar com relação a esse palpitante assunto que Vossa Excelência traz hoje, ao debate aqui na Assembléia Legislativa.

Eu gostaria de lembrar que Vossa Excelência fez referência ao Estatuto da Terra. O Estatuto da Terra foi elaborado no Governo Castelo Branco. Poderia até dizer que é um instrumento legal avançado, partindo de um regime militar recém-implantado após 31 de março de 1964. Existem capítulos e dispositivos legais do Estatuto da Terra que realmente se podem considerar como um avanço. Só que o Estatuto da Ter-

ra, ao lado dos capítulos avançados, possuía dispositivos que permitiram que fossem aplicados de imediato com relação aos grandes investimentos da agropecuária, favorecendo os grandes grupos que visavam empresariar a agricultura.

Para estes, o Estatuto da Terra teve a vigência imediata. Para os pequenos, para o trabalhador rural, o Estatuto da Terra ficou apenas na lei, e nesses vinte anos de vigência deste Estatuto, nós, pouco vimos a sua aplicação em relação a esses pequenos produtores, em relação aos pequenos proprietários. Mas, não é só isso. O mais lamentável é que os próprios dispositivos que garantiam a aplicação da Reforma Agrária também foram esquecidos.

E nós estamos quase que cansando de ver os debates, tão palpitantes, da Reforma Agrária serem adiados ano a ano.

E ontem, anteontem, melhor dizendo, no Congresso Constituinte, assistimos a mais um adiamento de uma abordagem séria da Reforma Agrária. Foi aprovado o substitutivo do Deputado, cujo nome não me recordo Deputado conservador do PMDB que alterou totalmente o relatório do Deputado Oswaldo Lima Filho, de Pernambuco.

Dentre os princípios que foram rejeitados no debate dessa Comissão da Constituinte está a consagração do módulo da propriedade, que seria a forma de se limitar a concentração da propriedade, como até hoje tem acontecido.

Indiscutivelmente, os Constituintes que derrubaram o módulo máximo estão contra a Reforma Agrária. Estes Constituintes talvez não saibam da sua grave responsabilidade ao adotar uma postura conservadora em relação à terra, porque, se eles pretendem, pela terra, conservar o seu poder e a sua riqueza, na minha idéia e no meu pensamento, eles estão, isto sim, acelerando um questionamento maior que não ficará apenas na tribuna das Constituintes, porque a injustiça que grassa no campo, dia a dia, ela se acentua e, inevitavelmente, os injustiçados, os sem-terra, sem teto, sem camisa, os descamisados, os pobres e os miseráveis, estes perambulantes de justiça, que nós vemos em todos os cantos, em todas as cidades, nas esquinas, nos caminhões, os bôias-frias, estes doentes sociais, doentes sociais sim, mas não são doentes do seu direito, da sua conquista e da sua luta!

Penso eu que ainda há oportunidade de a Constituinte rever isto, e espero que assim o faça e se lembrem também que este País, este território já teve as aves de rapina que aqui, vindos do estrangeiro, avançaram e consagraram o seu direito de propriedade aqui no Brasil; e estes Constituintes deveriam ter a sensibilidade, também, de determinar que as terras

concedidas aos estrangeiros, deveriam ser passíveis de devolução ao País, para uma justa redistribuição aos sem-terra e aqueles que precisam da terra para trabalhar.

Feitas estas observações, congratulo-me com Vossa Excelência ao abordar assunto tão palpitante, e que sirva de alerta àqueles insensíveis, que, lá, no Congresso Constituinte, procuram, na madrugada esquecer o clamor da justiça da terra, com isto - repito - acelerando o clamor dos injustiçados, que, fatalmente, senão sentiram no foro da Constituinte, a justiça na terra, eles mesmo farão a justiça um dia.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Agradeço a sua participação no nosso pronunciamento, pela sua vivência e seu conhecimento, porque vive numa região de minifúndios, em que se vê, todo dia, nossos irmãos irem embora para outras terras sem condição de ficar nela, em função da grande expansão adquirida pelos grandes latifundiários.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado José Rogério, estamos ouvindo atentamente o seu discurso, e a propósito das suas afirmações, gostaria de aproveitar a oportunidade neste aparte que Vossa Excelência me concede para fazer uma colocação, e principalmente para me referir ao teor de um telex que recebi hoje no Diretório Municipal do PMDB de Francisco Beltrão, que dá ênfase às dificuldades reais da agricultura, após a frustração de um Plano Cruzado que veio com a intenção de incentivar a classe produtiva. E essa classe produtora, acreditando nesse incentivo, fez investimentos de várias espécies, principalmente na Região do Sudoeste do Paraná, da qual Vossa Excelência é um dos representantes nesta Casa, deixando claro as dificuldades pelas quais passa a agricultura da nossa Região.

E o diretório Municipal do nosso Partido, o PMDB, em Francisco Beltrão, solicita a todos nós da Região do Sudoeste, na qual eu o incluo, a defesa de algumas teses, tais como:

- isenção de correção monetária para todos os empresários de custeio e investimentos contratados de 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987 até o vencimento dos contratos;

- isenção de correção monetária para os contratos contraídos um ano antes da implantação do Plano Cruzado;

- liberação de recursos especiais para médio, pequenos e miniprodutores, cuja situação de insolvência é nítida diante da atual conjuntura;

- intervenção no sentido de afastar a possibilidade de importação de carnes, qualquer que seja a sua natureza.

E, fazendo uma correlação com que foi colocado hoje, ainda nesta Assembléia, no momento em que se pretende gastar através da construção de uma Ferrovia Norte-Sul, em torno de 2 bilhões e 400 milhões de dólares, pensamos que esta verba poderia, neste momento de dificuldade nacional, ser muito melhor aplicado no sentido de incentivo da classe produtora da agricultura nacional e principalmente do Estado do Paraná, assim como também vários programas da área social, como a saúde, habitação, que merecem neste momento um investimento de recursos que, temos certeza, trará para toda a nossa população muitos benefícios que, sem dúvida nenhuma, é muito mais importante do que a Ferrovia Norte-Sul.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Agradeço a sua intervenção neste pronunciamento, e estamos juntos nesta luta e reivindicação dos nossos companheiros do Sudoeste, Diretório do PMDB e de todas as classes que produzem e que trazem essa preocupação a nós, que os representamos.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Grande Expediente, antes de entrarmos no Horário das Lideranças esta Presidência registra, com satisfação, as presenças do Prefeito de Engenheiro Beltrão, Senhor Onésio Rosa e do Deputado Constituinte e representante do Paraná na sub-Comissão da Família Deputado Ervin Bonkoski.

No Horário do Partido dos Trabalhadores concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados, caros colegas.

Neste horário reservado ao PT muitas vezes aqui denunciemos arbitrariedades e absurdos cometidos contra os trabalhadores paranaenses e hoje o fazemos mais uma vez.

Estamos requerendo o apoio e um voto de repúdio ao Cônsul do Paraguai no Paraná, que ameaçou a jornalista da "Folha de Londrina" nesta semana que passou, numa atitude de comportamento reprovável, ameaçando-a com o objetivo de calar a voz da imprensa sobre fatos suspeitos que carecem de explicações.

Repudiamos, também, alguns setores do PMDB que ameaçaram uma jornalista do "Correio de Notícias" com a justificativa de que estavam publicando muita matéria com referência a um colega do seu Partido, De-

putado Paulino José Delazeri.

Queremos denunciar a todos os Parlamentares desta Casa que estão embuídos de espírito democrático e são defensores, creio eu, de todos os cidadãos paranaenses (Lê):

"Refiro-me ao que está acontecendo em Umuarama, no Noroeste do Estado.

Em Umuarama, no Noroeste do Estado, uma categoria de trabalhadores estão sofrendo um processo de perseguição que precisa ser denunciado para toda a sociedade paranaense.

Já há algum tempo os trabalhadores nas Indústrias de Alimentação vêm lutando para constituir sua Associação Profissional Pré-Sindical, direito que lhes é assegurado pela Constituição Brasileira.

Depois de toda uma caminhada, estes trabalhadores constituiram sua Associação pré-sindical e elegeram sua diretoria composta de vinte e quatro trabalhadores.

O Artigo 453 da CLT assegura, segundo alteração determinada recentemente pelo atual Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a estabilidade não só a dirigentes sindicais como também a dirigentes de Associações Pré-Sindicais.

No último dia 16 de maio, um sábado, a recém-criada Associação Profissional comunicou, oficialmente, às empresas do ramo em Umuarama o nome de seus novos dirigentes, trabalhadores estes que passavam portanto a gozar da estabilidade sindical.

A direção do Frigorífico Umuarama, a maior empresa do setor, no entanto, não quis protocolar a comunicação e mais: a partir do dia 18 de maio, segunda-feira, iniciou uma odiosa perseguição a vinte e um funcionários integrantes da Diretoria da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Umuarama. De segunda até o último sábado, dia 23, vinte e um funcionários do Frigorífico estavam postos fora da empresa, sem nenhum comunicado oficial, com ameaças inclusive a seus parentes também funcionários da mesma empresa.

Mas não é tudo: quando as entidades sindicais de Umuarama buscaram um processo de diálogo com a empresa, foram recebidos por cinco camburões da Polícia na madrugada da quinta-feira.

Diante desse quadro, a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES está requerendo uma audiência com a Delegacia Regional do Trabalho, para que a lei se faça cumprir naquela empresa, não apenas no que concerne à estabilidade dos trabalhadores dirigentes sindicais, como no que se refere a uma série de irregularidades, atestadas em documento, cometidos pela mesma empresa. Naquele frigorífico, os mais elementares direitos dos trabalhadores são desrespeitados: questões de uniforme, horário para café,

comprovantes de pagamento devidamente identificados, formação e eleição da CIPA, remuneração adequada do trabalho realizado aos domingos e feriados, além do fato grave de os trabalhadores terem um salário afixado em carteira e receberem uma outra quantia "por fora", com a conseqüente sonegação das obrigações sociais referentes.

Estamos encaminhando ofício à Delegacia Regional do Trabalho solicitando urgente fiscalização naquela empresa, fiscalização que deverá ser acompanhada pelos dirigentes da Associação dos Trabalhadores e estamos denunciando aqui, publicamente, aos Senhores Deputados este quadro, para que esta Casa, defensora dos direitos de todo cidadão, tome as providências cabíveis para que este quadro de violação de direitos elementares dos trabalhadores tenha um fim".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista se fará uso de seu tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este Deputado e a nossa Bancada comungam do pensamento do ex-Governador Leonel Brizola de que é necessário e urgente pedirmos as eleições diretas para Presidente da República, porque nos arraiais do oficialismo já se esgotaram as soluções para os problemas nacionais e só um debate amplo, travado nas praças públicas, e a partir da legitimidade das urnas, pode-se tirar o País da crise econômica e institucional em que se encontra.

Da parte da Liderança do Partido Democrático Trabalhista, autoriza-me o digníssimo Líder, que assim diga, é muito importante, agora, o prestigiamento aos setenta milhões de votos que respaldam a Assembleia Constituinte e o prestigiamento ao Congresso Constituinte, como tal, para fazer frente a este "Dia do Fico", às avessas, onde o Presidente José Sarney, contrariando o exemplo histórico do Sr. D. Pedro I, veio dizer ao povo que ficava, quando o povo todo diz que se vá!

Pois é, de repente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em tempo de "fico", às avessas, o Governador Álvaro Dias, que é bacharel em História, parece que em Economia anda com seu discurso escasso, ou a sua assessoria não está sendo convenientemente criativa, de maneira que estamos encaminhando ao Palácio o pedido do envio de informações. Mas, percebam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estamos solicitando informações ao Palácio, estamos informando ao Sr. Governador que na sua asses-

soria, existe alguém com vocação de copista, alguém que pensa que o "Relatório Reservado", jornal publicado e nacionalmente distribuído, é realmente um "Relatório Reservado"! Alguém tão leviano que foi capaz de colocar nos lábios do Governador, na reunião do CODESUL e depois, nos jornais de todo o Paraná e nos meios de comunicação as declarações e as soluções para a crise econômica nacional do Sr. Dr. Ricardo Bielschowski, Presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, como se fossem palavras do próprio Governador do Estado.

Aliás, o "release" do Palácio Iguazu é primoroso quando diz: "Álvaro corajoso, arrematou: basta que 2% ou 3% dos mais ricos do País mantenham o mesmo nível de renda nos próximos anos, que haverá dinheiro para os investimentos produtivos necessários ao consumo de base e a realização de gastos sociais. O primeiro passo para isso, é tributar as altas rendas provenientes de juros, aluguéis e heranças".

Interessante é que, pelo menos dez dias antes, o jornal "Relatório Reservado", havia atribuído tais declarações ao Sr. Ricardo Bielschowski, Presidente do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro. O interessante também é que, sendo o Governador bacharel em História, e portanto formado num curso que ensina ser a honestidade das citações o principal argumento de todo aquele que se reporta a um documento, venha a assessoria do Governador submetê-lo à vexame interestadual, fazendo com que ele dissesse como suas as soluções do "Relatório Reservado", em reunião com os outros Governadores do Sul do País.

Nos telefonou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um membro da equipe do Governador do Estado de Santa Catarina, perguntando se não era no Paraná veiculado o "Relatório Reservado"; se o Governador do Paraná não era leitor desta publicação econômica, que as pessoas de mediana inteligência e de mediana informação por todo o País seguem e acompanham porque assustou-se, esse palaciano lá da ilha de Santa Catarina, que o Palácio aqui fizesse o Governador dizer como de sua autoria o que o Presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro dissera.

Por exemplo, quando o Governador Álvaro Dias também se referiu a um conjunto de medidas importantes para a definição nacional rumo à retomada do desenvolvimento econômico e social, disse que: "se não se fizer isto agora, vai se jogar pela janela a oportunidade histórica de se realizar uma transição democrática, suavizada por um ambiente de crescimento da economia. As medidas recomendadas por Álvaro Dias ao Governo Federal pedem o início dos investimentos públicos para aquecer a economia

logo no segundo semestre, mesmo com o aumento das tarifas públicas. Como este aumento é inflacionário, Álvaro Dias também não descarta um novo choque heterodoxo para conter a inflação."

Tudo seria até aceitável, Sr. Presidente, Srs. Deputados; o choque heterodoxo é discutível, se não tivesse o professor Bielschowskidito o seguinte, dez dias antes: "o importante agora para o País é a retomada do crescimento. Se não se fizer isto agora vai se jogar pela janela a oportunidade histórica de fazer uma transição democrática suavizada por um ambiente de crescimento da economia".

Para o País voltar a crescer, o Presidente do IERJ oferece sugestões - o pensamento do Governador Álvaro Dias -: "Em primeiro lugar, é preciso iniciar logo os investimentos públicos a fim de aquecer a economia já no segundo semestre deste ano. Para isso é necessário continuar aumentando as tarifas públicas, e uma vez que o aumento é inflacionário, terá que ser feito novo choque heterodoxo para acabar com a inflação."

Pois é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a falta de originalidade assola o Palácio do Governo e assola o discurso do poder. Aliás, esta mesma falta de originalidade, com certeza, há de ter sido responsável pelo banimento do nome do Sr. José Richa da pesquisa que estampa o "Jornal do Brasil", em primeira página, na edição de domingo da semana passada, mostrando os presidenciáveis deste País. Falta de originalidade.

Por isso, encaminhei ao Palácio do Governo, também para que o Governador providencie uma assessoria mais original, o inteiro teor da publicação no jornal "Indústria e Comércio", do seu discurso, e o inteiro teor do texto do Presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, publicado no "Relatório Reservado". Um e outro textos servirão, certamente, ao Governador, bacharel em História, para que tente buscar tintas de originalidade, talvez no sofrimento do povo, para escrever a nossa história futura.

O que nós não precisamos é de um Governador ventríloquo de palacianos pouco originais: isso, de fato, não precisamos.

Como também não precisamos de um Governador que vá a Brasília, contrariar o seu Partido no Paraná, aceitando esta espécie de leilão que o imperador persa fazia com os sátrapas das províncias do seu império, comprando em ouro o seu direito de permanência no trono do Reis dos Reis.

Que o Presidente da República seja imperial, nós admitimos; que um Governador eleito o seja, não admitimos!

Pego ao Sr. Deputado Ezequias Losso

que me desculpe, por não lhe haver concedido o aparte. Mas, eu imagino o teor do seu aparte e sei que na hora da Liderança do PL vai explicitá-lo.

Era isso, Sr. Presidente. Pela originalidade nas soluções do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo. (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PL.

Com a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero me associar ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, Líder do PFL, quando denuncia nesta Casa a discriminação que está sendo feita a alguns municípios paranaenses, com relação à assinatura do convênio do PRAM/1987.

Acreditamos que o bom-senso deverá prevalecer após esta denúncia aqui formulada, e sobre a qual, oportunamente, me ocuparei, para fazer algumas considerações.

O Sr. Antônio Belinati - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Desejo parabenizar Vossa Excelência ilustre Deputado Ezequias Losso, presidente também do Grupo Parlamentar Cristão desta Casa. Por uma falha imperdoável de minha parte deixei de registrar a honrosa eleição, também, de Vossa Excelência, para o Conselho Fiscal da UPI, na Seccional Sul. Este fato engrandece a nossa Assembleia, e, por esta alegria e de todos nós, felicito Vossa Excelência.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Agradeço ao nobre Deputado Antônio Belinati, Líder do PDT, por esta sua demonstração de solidariedade, e quero dizer a Sua Excelência, como aos demais Parlamentares, que ali estarei na condição de um companheiro, lutando pelas causas que dizem respeito aos Srs. Deputados Estaduais, neste momento tão atingidos, em vários Estados, em sua própria dignidade, por pessoas que querem, muitas vezes, vencer em função do ataque dirigido aos Parlamentares. Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Continuamos a viver, infelizmente, a reboque da situação. O Governo continua sem planejamento, as coisas e decisões são tomadas por atropelo e o consumidor brasileiro perde-se em entender o que realmente está acontecendo. Terça-feira última, quando estava prestes a ser enviada ao Diário Oficial para publicação, foi susta-

da a portaria da SUNAB de n. 86, que pretendia estender ao comércio varejista o sistema de reajuste de preços uma vez cada trinta dias e no limite máximo de 80% do índice nacional de preços ao consumidor, INPC. No meio do caminho, o Secretário Especial de Preços Industriais, Aloísio Teixeira, resolveu sustar a publicação para primeiro conversar com o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Chegou-se à conclusão que, na realidade, a portaria revelou-se um instrumento de difícil controle para a SUNAB e muito mais para o consumidor, que não parece nada disposto a investir-se na condição de fiscal do Sarney. Se a SUNAB não tem estrutura para fiscalizar a nível de indústria, como pretender também uma fiscalização a varejo? E no desencontro de informações, a própria SUNAB do Paraná aguarda uma orientação adequada sobre a matéria.

O que se assiste neste País, é uma triste situação. A falta de um comando direto, com credibilidade, capaz de fazer valer decisões que se impõe urgentes mas que estão sendo substituídas por discussões estéreis do mandato do Presidente, preocupado em ficar cinco anos no Poder. Pedir hoje ao brasileiro que volte a exercer o poder de fiscal do Sarney com toda intensidade, é duvidar da sua capacidade de entendimento, preocupado que está em que lhe passem a perna ou puxem o tapete como aconteceu com o "Cruzado II". Os organismos de defesa dos consumidores não têm estrutura para uma realidade de vigilância. E a SUNAB, na atual contingência, seria, neste caso, mera responsável por uma portaria que ninguém conseguiu entender. Este clima de instabilidade, Senhores, é preocupante. O direcionamento da política econômica deste País precisa ser feito com ordenamento, para que se evitem situações deste tipo para que não se criem falsas ilusões num dia, com um controle de preços, e à noite, no Jornal Nacional, sejamos surpreendidos com a notícia de que a portaria foi cancelada.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não se vislumbra uma mudança no panorama econômico a curto prazo. Os desencontros daqueles que respondem pelas decisões, fica evidente em mais esta situação criada agora com a portaria da SUNAB. Se o Governo tentou mostrar um mínimo de competência numa decisão política, que tente também ordenar e equacionar medidas capazes de estabelecerem parâmetros de comportamentos confiáveis. Se haverá um sistema de preços administrados para trinta dias, que se estabeleça a área que vai atingir, e a quem caberá a sua fiscalização. Não é mais possível aceitarmos pacificamente dados como os que nos fornece o IPARDES de que o custo de vida, em Curitiba, nestes

quatro primeiros meses de 1987, chegou ao patamar de 105,32%. Afastada a ameaça de congelamento, a corrida desenfreada de preços sofre uma redução. Os altos preços geram uma redução de consumo, como se observou em relação à carne, já apresentando queda de preço por falta de consumidores. É preciso pesar tudo isso, avaliar a situação e planejar uma estratégia. Mas que ela seja conjunta. Que obtenha desde sua raiz a credibilidade de que vai funcionar, sem dúvidas de quem vai fiscalizar, a fim de que se evitem situações vexatórias como esta da SUNAB, cuja portaria anunciada em manchetes garrafais, fica suspensa antes mesmo de ser publicada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do PTB, se fará uso do seu horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

Declina.

Havendo declinado consulto a Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente,

Senhores Deputados. Há pouco ouvimos o Deputado Pedro Tonelli e logo após o Deputado Rafael Greca; e gostaria de, já no início do pronunciamento, deixar claro que a Bancada do PMDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o Governador do Estado, com toda a certeza não necessitam de advogados com capacidades de Pedro Tonelli e de Rafael Greca. Devo dizer também que não necessita o Senhor Governador do Estado a assessoria do Senhor Deputado Rafael Greca.

O Deputado Pedro Tonelli colocava uma negociata envolvendo o Governo do Estado do Paraná com o Presidente da República, José Sarney. Negociata que quer trazer a Ferrovia da Produção há tantos anos reivindicada pela população do Paraná, mais precisamente pela população produtora do Estado do Paraná. Evidentemente para os demagogos e para os homens do discurso a Ferrovia da Produção não é necessária.

Fala-se em defender o trabalhador fala-se em negociata, quando o Governador do Estado traz para o Paraná 14 bilhões de cruzados, como aconteceu recentemente em dois convênios assinados com a Caixa Econômica Federal o que sinaliza a possibilidade de quase cinquenta mil casas populares.

Evidentemente isso não traz preocupação alguma ao Deputado do PT porque, como ele mesmo afirma, ganha muito bem aqui na Assembleia Legislativa, tem carro à disposição; verbas polpudas à disposição. Estas

são as próprias palavras do Deputado Pedro Tonelli, que não está preocupado com casas populares para o trabalhador, de maneira alguma, como inclusive foi a sua manifestação.

Não precisa o PMDB do Paraná, que é presidido pelo Deputado Maurício Fruet, de advogado. O PMDB do Paraná anda com as próprias pernas, não precisa da UDR, não precisa se agarrar em outros partidos, não precisa meter a mão no cofre no BANERJ, não precisa se vender para o capital internacional. Se é um Partido hoje inchado, concordo plenamente; a nossa Bancada também não discorda afinal de contas já disse aqui e vou reiterar: o cachorro, se afeiçoa ao seu dono, o gato se afeiçoa à casa, não importa o dono. Por isso que quando muda o governo, os gatos estão sempre querendo ficar na mesma casa, ao lado do governador de plantão.

Então, o Partido do PMDB também inchou. Claro que inchou. Mas dizer que o PMDB do Paraná não cumpre os compromissos porque quer quatro anos, e o Governador propôs um pacto social, e que aí sim se poderia dar ao Presidente da República o tempo de cinco anos de mandato, não significa nenhuma traição ao PMDB do Paraná e nem à população do Paraná.

Eu quero perguntar aos Senhores Deputados preocupados com a situação hoje: se a inflação é o problema, e já é uma hiperinflação, se a falta de colocação da produção deste Estado no mercado é a preocupação, se a falta de moradia, se o desemprego que já começa a voltar é a preocupação, ou é a preocupação tão somente o mandato do Senhor José Sarney?

A nossa Bancada em ampla maioria, este Deputado, todos nós temos nos manifestado; o Presidente desta Casa, pelo mandato de quatro anos. Mas temos que ter também a cabeça no lugar. Se for para transformar a vida deste País, para voltarmos "por que não?" - aos bons tempos de 1986, por que é que não vamos dar mais um ano para o Presidente Sarney? Porque com o Plano Cruzado o brasileiro viveu bem.

Ouvi o Senhor Deputado Rafael Greca, a "borboleta" e que sorri lá atrás, desenhando talvez esse pronunciamento. Deveria desenhar, Senhor Deputado Rafael Greca, o assalto que o Senhor Leonel Brizola, e que Vossa Excelência defendeu há pouco na tribuna, praticou, contra os cofres do BANERJ, de 40 bilhões de cruzados, para financiar a candidatura, inclusive, do seu candidato a Prefeito de Curitiba, o Senhor Jayme Lerner. Vossa Excelência deveria se preocupar com isso. Deveria dar risada, claro, quando nos jornais de hoje, no Rio de Janeiro, está dito que mais de 500 mil cruzados são pagos ao seu patrão para não trabalhar no Rio e para ficar trabalhando

em campanhas eleitorais aqui no Paraná, como aconteceu no ano de 1985 e 1986.

Os jornais de hoje estampam, Senhor Deputado Rafael Greca, e eu gostaria de vê-lo sorrir, que apenas 5% dos CIEPES que foram construídos no Rio de Janeiro no Governo de Leonel Brizola e que 98% das escolas do Rio estão em estado lastimável - vinte e três das quais em apenas um município estão fechadas por falta de condições. É claro que o Senhor Leonel Brizola quer fazer uma eleição daqui a três meses ou amanhã, porque o Partido é só ele, com o devido respeito aos demais componentes da Bancada do PDT, pois que tem aqui Deputados aguerridos. Claro que quer fazer a eleição para fazer o mesmo que fez no Rio de Janeiro, em acabar com as condições de vida do Rio de Janeiro, acabar com as condições da vida do trabalhador, meter a mão, escandalosamente no dinheiro do BANERJ. E eu repito, o BANERJ faço questão de dizê-lo pela terceira vez, porque são 40 bilhões de cruzados a descoberto junto ao Banco Central. E, Vossa Excelência, sorri! Claro que tem que sorrir. Se surpreendeu com as declarações do Governador Álvaro Dias porque esteve sempre ligado ao PDS e ao grupelho que mandava na Prefeitura de Curitiba e no Estado do Paraná, que nunca ouviu falar em redistribuição de renda, em oposição, e em perseguição por Polícia Federal, nunca se ouviu falar em trabalhar.

Essa é a grande realidade. Por isso se surpreende quando o Governador Álvaro Dias toma essa iniciativa realmente corajosa.

Não é simplesmente leitura porque, já se falava em redistribuição de renda desde quando o Deputado Antônio Belinati, era do MDB. Não é hoje no PDT que mudou, não! E Vossa Excelência evidentemente se surpreende.

Aí sim, mora a desinformação, aí sim, mora a má fé do representante do PDT, preocupado não com o pronunciamento do Governador Álvaro Dias, em absoluto, preocupado com o despreparo que tem cercado toda a patifaria que envolveu o seu Partido não só no Rio de Janeiro, mas em muitos Estados dessa Federação.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Quero cumprimentar Vossa Excelência e dizer que feliz é o povo paranaense por ter o Governador que tem. Das legislaturas anteriores em uma delas quando tivemos oportunidade, juntos de ser Deputado da Oposição, fomos à Tribuna para denunciar corrupção, roubos, espancamentos, desrespeito ao trabalhador paranaense, e hoje o Deputado de Oposição só tem condições de assumir a tribuna para poder falar de um

discurso feito pelo Governador Álvaro Dias na reunião da CODESUL, defendendo o pacto social e o trabalhador brasileiro. Desejo que o Governador Álvaro Dias, continue compilando e copiando os que falam a verdade, e que continue agindo como vem agindo, defendendo o trabalhador, aplicando bem os recursos do Paraná, em benefício do Paraná. Porque tivemos a Oposição, naquela tribuna, durante todo esse tempo, ao invés de criticar o Governador, vir somente para ler os discursos compilados.

Hoje o Governador Álvaro Dias, nós tivemos a honra de sentir isso em Florianópolis, na última sexta-feira, dos três governadores do Sul do País, é o Governador mais respeitado. Porque o salário do trabalhador está em dia, porque o funcionário público paranaense tem recebido todos os gatilhos salariais, porque o Governador Álvaro Dias não parou nenhuma obra e porque o Paraná é hoje um Estado exemplo para o Brasil.

Esta é a revolta dos homens da Oposição que não têm nada para dizer contra o Governador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência, Deputado Nestor Baptista, tem mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Agradeço este minuto e gostaria de fazer uma sugestão também ao Deputado Rafael Greca, muito ilustrado, muito cristão, muito inteligente, no sentido de que também apresentasse um requerimento à esta Mesa orientando como se deve pagar os funcionários de gabinete, e não determinasse apenas que os funcionários recebessem e depositassem na conta do seu chefe de gabinete ou da sua chefe de gabinete, de acordo com declarações prestada na TV Bandeirantes Canal 6, de Curitiba, declarações prestadas na TV Iguazu Canal 4, de Curitiba, por uma ex-funcionária do gabinete de Vossa Excelência, e declarações em jornais de Curitiba. É uma orientação que Vossa Excelência poderia fazer através de requerimento ao digno Presidente desta casa, o Deputado Antônio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Horário do Expediente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, queria que constasse que a Liderança do PMDB usou do Pequeno Expediente por onze minutos e quinze segundos.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta presidência informa a Vossa Excelência que por causa do aparte o PMDB extrapolou no uso do seu tempo. E esta Pre-

sidência foi benevolente assim como tem sido benevolente com todos os partidos nesta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Com base nas aleivosias caluniosas que o Senhor ...

O SR. TADEU LUCIO MACHADO - (Pela Ordem)

A questão de ordem do Deputado não cabe. O assunto já está encerrado, Vossa Excelência já anunciou o encerramento do Horário das Lideranças e, portanto, peço a Vossa Excelência que não acate a questão de ordem do Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Procede a questão de ordem de Vossa Excelência. Porém, esta Presidência, como o nome do Deputado Rafael Greca foi enunciado seu nome na tribuna, daria a Sua Excelência a oportunidade de ver qual o assunto que ele irá abordar em sua questão de ordem.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Com bases nas aleivosias ...

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) O

Regimento Interno nos dá as Explicações Pessoais para que o Deputado tenha oportunidade de se defender. Portanto, requero a Vossa Excelência que faça com que o Deputado Rafael Greca se inscreva em Explicações Pessoais, assim não estará ferindo o Regimento Interno deste Poder.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Só gostaria de saber o assunto que o deputado Rafael Greca irá abordar.

O SR. RAFAEL GRECA - Permita-me que lhe informe que com base na declaração do Deputado Nestor Baptista, que hoje distinguiu com o Horário da Liderança do Governo, gostaria que Vossa Excelência e a Mesa desta Casa determinassem um inquérito no meu gabinete, para apurar responsabilidades sobre se são verdadeiras e legítimas as afirmações do Deputado Nestor Baptista. Quem não deve, não teme. De maneira que coloco à disposição e para farta publicidade e para uso inclusive do Governo, a prática administrativa do meu gabinete. Gostaria inclusive que isto se estendesse aos demais gabinetes desta Assembléia, à maneira transparente como faz o ilustre Deputado Pedro Tonelli.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 222/86, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista Walmor Macarini. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 225/86, de autoria do Deputado Airton Cordeiro, que declara de Utilidade Pública a Associação Viking, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 234/86, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mães no Setor Privado de Jardim Olinda", com sede no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 263/86, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade de Assistência à Infância" de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal e Comarca de mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 283/86, de autoria do Deputado Airton Cordeiro, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora Maria das Dores Wouk. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 284/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Catimbó de Pai Geremias, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 286/86, de autoria do deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho Comunitário de Segurança de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 012/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública, a "TENDA ESPÍRITUALISTA FILHOS DE UMBANDA", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 014/87, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a S.E.R.- Sociedade Espírita Renascimento, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 24/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO DE ENTIDADES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 28/87, de autoria do Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MENORES E EDUCADORES-APME, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 36/87, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO PARANÁ, com sede na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 37/87, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a CASA LATINO-AMERICANA- CASLA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 43/87, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA SANTA TEREZINHA, com sede e foro no Município de Paraíso do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Eu gostaria que ficasse anotado na pauta da Casa que quanto a quase maioria dos projetos que esta Casa aprovou na tarde de hoje, os seus propositores nem sequer vieram à Casa para prestigiar e votar o seus próprios projetos. Quero lamentar profundamente que a Bancada majoritária esteja apenas com meia dúzia de Deputados quando a maior parte dos projetos são, em sua maioria, dos Deputados do PMDB, ao passo que a Oposição se sente honrosa em prestigiar esta Casa e esses projetos, aqui comparecendo para votar.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, me permita apenas comunicar que a ausência de grande parte da bancada do PMDB hoje se deu pela presença do ex-ministro Dilson Funaro, que neste instante procede uma palestra no diretório do PMDB, motivo pelo qual os senhores Deputados estão ausentes.

E também lembrando ao Deputado Algaci Túlio que Oposição também se faz presente com a mesma meia dúzia com que está a Situação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)- É lamentável que o nobre Deputado Algaci Túlio, embora tenha exercido o cargo de Vereador, em Curitiba, ainda não conheça, em profundidade o processo Legislativo da Casa, que não é diferente na Câmara dos Vereadores, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no Congresso Nacional, no Parlamento inglês, ou em qualquer outra Casa Parlamentar do mundo, onde o processo legislativo às vezes é aprovado até mesmo por acordo de Lideranças, sem a presença efetiva de Deputados proponentes na Casa. Portanto, nós aceitamos, como Deputado responsável pela Liderança da Bancada do PMDB, nesta Casa, nesta tarde de hoje, as acusações do Deputado Algaci Túlio. A nos-

sa Bancada está presente aqui, neste momento, permitindo, inclusive, a continuação da sessão. Se isso não fosse verdade, Vossa Excelência não estaria aí, presidindo esta Sessão, porque é Deputado, Presidente, pertencente à Bancada do PMDB, assim como o 1.^o e 2.^o Secretário.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - (Pela Ordem). É só para lembrar Senhor Presidente, à Casa, que sete dos Senhores Deputados das Oposições, estão presentes, neste Plenário, isto é, portanto, mais do que 50% do número de Deputados das Oposições, nesta Casa, representados e com assento.

Já da Bancada do Governo, nós percebemos percentual bem menor de Deputados presentes, nesta Casa. Falo também para que fique registrado, nos Anais, a devoção da bancada do PMDB paranaense ao Senhor Ministro Dilson Funaro.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)- Já que existe a preocupação da Bancada da Oposição com assento nesta Casa, com a verificação de número legal para que nós continuemos a sessão, eu solicito de Vossa Excelência que faça a verificação de votação para continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Atendendo o requerimento de Vossa Excelência, esta Presidência, já que foi abordado a ausência dos Deputados, constata que não existe o quórum mínimo para prosseguimento da sessão, e diante disso, encerra a sessão, sem votar o restante da pauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 222/86, 225/86, 234/86, 263/86, 283/86, 284/86, 286/86, 012/87, 014/87, 024/87, 028/87, 036/87, 037/86, 043/87.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 159/86, 180/86, 049/87 e 051/87.

Levanta-se a Sessão.